

## ***UTOPISMOS PATRIMONIAIS PELA AMÉRICA LATINA, RESISTÊNCIAS À COLONIALIDADE DO PODER***

Everaldo Batista da Costa  
Universidade de Brasília  
everaldocosta@unb.br

### ***Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder (Resumo)***

Concretamente, utopismos potencializam a realização de uma simultaneidade de práticas territoriais alternativas, com a liberdade de iniciativas localizadas; estimulam novos comportamentos situados de resistência às ações predatórias e de estigmas sobre o território. Logo, objetiva-se categorizar *utopismos patrimoniais* que estimulem a valoração endógena e rendas alternativas, através de *roteiros patrimoniais utópicos* urbano-rurais, nas periferias da América Latina. Para atingir este objetivo, são apresentados, metodologicamente, três utopismos conexos: i) *Utopismo patrimônio-territorial* constituído na formação histórico-social latino-americana, sendo resistência à *colonialidade do poder e do saber*; ii) *Utopismo patrimonial singularista* ante a urbanização do continente; iii) *Utopismo patrimonial existencialista* frente aos riscos na América Latina. Tais utopismos resgatam, ressignificam e situam, espacialmente, o que resiste na região: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela “face oculta” da modernidade. Opõe-se à colonialidade em prol da descolonização epistêmica, por meio de saberes latinos localizados, apesar da crítica urbanização e dos riscos construídos, politicamente, no continente.

**Palavras chave:** América Latina, colonialidade do poder, utopismos patrimoniais, urbanização, riscos.

### ***Patrimonial utopisms in Latin America: resistances for power’s colonialism (Abstract)***

Concretely, utopism maximizes the simultaneity of alternative territorial practices, with freedom to local initiatives; encourage new resistance situated behaviors to predatory actions and territorial stigmas. Therefore, it is aimed the categorization of *patrimonial utopisms* that stimulate an endogenous valuation and alternative incomes, through rural-urban *utopic patrimonial itineraries* in Latin America peripheries. To accomplish this objective, it will be presented, methodologically, three connected utopisms: i) *Patrimony-territorial utopism* constituted in the historic-social Latin American formation, being a resistance of power’s and knowledge’s colonialism; ii) Singular patrimonial utopism facing continent’s urbanization; iii) Existential patrimonial utopism facing risks in Latin America. These utopisms rescue, situate and give new significations, spatially, for what resist in region: sacrificed Indians, slavered nigger, oppressed woman, discredited popular culture and expropriated territorial resources, that is, the “dark side” of modernity. It is an opposition against colonialism in favor of epistemic decolonization, by means of local Latin knowledge, despite the critic urbanization and the politically constructed risks in continent.

**Key Words:** Latin America, power’s colonialism, patrimonial utopism, urbanizations, risks.

Nesta época em que o mundo é controlado por um sistema relativamente falho [capitalismo] e que denota poder invencível - matriz de certo *pessimismo* -, a utopia ressurge como nova saída crítica<sup>1</sup>. Todavia, qualquer modelo utópico faz-se exercício intelectual ou fundamento para transformação de *situações espaciais*. Utopias são ambíguas, então, por destacarem fatos ideais e, simultaneamente, lançarem à ação. “Uma sociedade sem utopia é uma sociedade sem projeto (...) Há um intermédio para a utopia entre o imaginado e o possível”<sup>2</sup>.

Pensar propostas alternativas localizadas justifica-se pela urgência em minimizar danos à humanidade advindos de fenômenos ambientais politicamente fabricados. Projetos para o futuro dependem da compreensão da realidade existente, cuja complexidade sugere valorar a história, realizar e ultrapassar diagnósticos territoriais. Aos cientistas sociais cabe estudar os riscos à existência com rigor analítico empírico, levantamento de problemas, criatividade, além de “apresentar propostas para o debate público, refinando-as e modificando-as, caso necessário”<sup>3</sup>.

Se a utopia rompe com a realidade presente e projeta o futuro, assume-se o *utopismo* como o ideal do processo social inovado e já em andamento; proposição no *dever* fundada em ações de potencialidades e de fragilidades *situadas* e em *situação* duradoura. Em outros termos, “qualquer utopismo requer uma base tópica”<sup>4</sup>, independente da escala da proposta; agrega, seletivamente, sentidos, valores, fenômenos e coisas do passado, para dar novo rumo à matéria e à ideia. Assim, são propostos *utopismos patrimoniais* cuja topicidade é a América Latina.

Critica-se a manutenção, no continente, de uma epistemologia que dicotomiza sociedade e natureza, dedução e indução, a análises feitas a despeito dos processos. A negligência ao processo é “a recusa à história, à atualidade e à teorização - recusa-se que a emoção é o *locus* do conhecimento (...) A separação entre razão e emoção, com superioridade da razão, marca os trabalhos intelectuais na América Latina”<sup>5</sup>. Por esses argumentos e a relevância de uma epistemologia situada, defendem-se *utopismos patrimoniais pela América Latina*. A temática da preservação patrimonial frente à urbanização e aos riscos *construídos* socialmente - já tratada pelo viés crítico - demanda matizes do ponto de vista existencial e propositivo.

Dessa forma, objetiva-se categorizar *utopismos patrimoniais* que favoreçam novas proposições preservacionistas em face de particularidades da urbanização e da construção social de riscos na América Latina. Para atingir este objetivo, são apresentados, metodologicamente, três utopismos conexos: **1.** *Utopismo patrimônio-territorial* constituído na formação histórico-social latino-americana. **2.** *Utopismo patrimonial singularista* ante a urbanização na América Latina. **3.** *Utopismo patrimonial existencialista* frente aos riscos na América Latina.

O **primeiro utopismo** é revelador da gênese e da duração de um *patrimônio-territorial* latino-americano [história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais]. Como projeto histórico-geográfico, esse utopismo perpetua ambições, ideias e matérias, além de denunciar contradições, todos situados. Universalmente, o *patrimônio-territorial*: i) anuncia as estratégias da conquista ibérica do continente latino-americano, em abertura para a

<sup>1</sup> A apresentação deste estudo no XIV Geocrítica, em Barcelona, Espanha, entre 02 e 07 de maio de 2016, contou com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal do Brasil (FAP-DF). Agradeço o apoio dos geógrafos Rafael Rodrigues de Souza e Estephany da Silva Almeida, na edição dos mapas e gráficos.

<sup>2</sup> Ricoeur, 1997, p. 372, 396.

<sup>3</sup> Capel, 2011, p. 45.

<sup>4</sup> Harvey, 2004, p. 239.

<sup>5</sup> Santos, 2006, p. 19.

modernidade, e a organização colonial do mundo<sup>6</sup>; ii) indica que a América Latina “entra” na modernidade como sua “outra face”, dominada, explorada, encoberta, pois teria como ponto de partida fenômenos intra-europeus<sup>7</sup>; iii) reforça o projeto *transmoderno* enquanto “co-realização do impossível para a modernidade; solidariedade de: centro-periferia, mulher-homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, humanidade-Terra, Cultura Ocidental - Culturas do mundo periférico ex-colonial, por incorporação, partindo da Alteridade”<sup>8</sup>.

Particularmente, contudo, o *utopismo patrimônio-territorial latino-americano* enfatiza bens a serem preservados e difundidos, assegurados por prestígio adquirido na história das barbáries da própria modernidade. Denuncia, se apropria e perverte simulações impostas à história cultural latina. Considera que a sociedade estabeleceu-se e permanece dividida em classes, etnias e regiões, assumindo que esse e outros disparates estão na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos. Esse utopismo dá voz aos indígenas, às mulheres, aos pobres urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais e acusa desmantelamentos por guerras e ditaduras<sup>9</sup>. Reconhece que a mudança social no continente está nas mãos dos despojados e dos humilhados, perfazendo-se neles próprios, pois “há os que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha (...) sobre as consciências dos homens”<sup>10</sup>. O *patrimônio-territorial* protagoniza antigos subalternos na nova história latino-americana e se concretiza nas memórias urbana e rural continentais. Esse utopismo baseia os demais.

O **segundo utopismo**, denominado *patrimonial singularista*, questiona o sentido de universalidade atribuído ao patrimônio latino-americano chancelado pela Unesco<sup>11</sup>, e tem na díade *mobilização* e *mobilidade* pilar de um projeto urbano coletivo, pela melhora das condições existenciais dos cidadãos. Confrontam-se [por análise de dados<sup>12</sup> e algumas experiências no continente] a lógica crítica da urbanização latino-americana à produção de singularidades pela *patrimonialização global*<sup>13</sup>, buscando formas novas de cooperação socioeconômica via *preservação sinérgica do patrimônio*. Nenhuma utopia influenciou o curso da história por seu realismo, mas pela negação radical das fronteiras do real instituído e por oferecer aos agentes sociais a visão de inúmeros possíveis futuros<sup>14</sup>.

A universalização cultural e natural impingidas pela Unesco projetam discursos e programas de municipalidades que definem singularidades para internacionalização. Porém, a noção *universalidade* e a determinação em executá-la conduziram à *universalização* enquanto *processo* que acirra diferenças socioterritoriais. “Só as normas podem ser universais. Podem-se legislar deveres universais ditados como normas, mas responsabilidade moral só existe na interpelação do indivíduo e no ser portada individualmente”<sup>15</sup>. A utopia da universalização [ideal] tem como recíproca determinação dialética o utopismo singularista [concreto] que, no viés patrimonial, requer territórios abertos para o estabelecimento de percursos narrados de

---

<sup>6</sup> Lander, 2000.

<sup>7</sup> Dussel, 2005.

<sup>8</sup> Dussel, 2005, p. 29.

<sup>9</sup> Canclini, 2012.

<sup>10</sup> Galeano, 2005, p. 337.

<sup>11</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>12</sup> São cruzados dados sociais, econômicos e ambientais a partir da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina <<http://www.cepal.org/es>>. Informações do Patrimônio Mundial latino-americano advém da Unesco <[whc.unesco.org](http://whc.unesco.org)>.

<sup>13</sup> Costa, 2015, detalha esta noção que envolve a *ressignificação dos lugares da cultura e da natureza, planetariamente*.

<sup>14</sup> Chauí, 2006; Neususs, 1971.

<sup>15</sup> Bauman, 1997, p. 77.

paisagens e práticas dos habitantes, em proveito de novos projetos coletivos locais. Roteiros patrimoniais utópicos reafirmam a existência periférica, ao fazerem correlação espacial de sítios distantes com monumentos e lugares de práticas culturais diversas, ou seja, a preservação a ser assumida não se resume a uma única defesa patrimonial<sup>16</sup>. O *utopismo patrimonial singularista*, apesar das nuances da urbanização latina, assegura benefícios a partir do sistema dos bens universais instituídos, em proveito do patrimônio negligenciado ou não-institucionalizado: antigos estabelecimentos agrícolas e fabris, pequenas vilas, paisagens bucólicas, equipamentos ferroviários, fazeres e saberes locais [artesanato, culinária, história, festas, modos de vida etc.].

O *patrimônio-territorial* sustenta o *utopismo patrimonial singularista*, quando os lugares dos pobres latino-americanos tem origem nos escombros da colonialidade e de universalidades histórica e ideologicamente impostas. Estimular o sujeito localizado à valorização efetiva do lugar chama o direito de expressão e obtenção de rendas *a partir de* periferias marginalizadas, o que pode ser conquistado pela ação social coordenada junto à administração e a universidades<sup>17</sup>.

O **terceiro utopismo** - *patrimonial existencialista* - destaca a ideia incontestada da preservação mesmo diante da produção social de riscos, na América Latina. O sujeito localizado ou situado é tido como importante responsável do destino patrimonial. Há duas formas de produzir conhecimento: a intelectual [mundo como reunião de objetos, em um arranjo que demanda classificação teórica] e a existencial [mundo feito por seres intencionais e o objetivo maior é reconhecer o domínio da vontade e a busca de sentido]<sup>18</sup>; o *utopismo patrimonial existencialista* cruza essas duas formas, por se referir à manutenção da ordem da vida frente a destruições ou sua iminência. Essa contradição interna justifica trazer o sujeito para o centro da discussão [e da prática] preservacionista pelo método existencialista sartreano, pois nele o homem define-se pelo seu projeto, supera perpetuamente a condição que lhe é dada; desvela e determina sua situação, objetivando-se pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto; para esse existencialismo, o movimento dialético original ocorre entre o indivíduo e sua empreitada em produzir sua vida ou objetivar-se<sup>19</sup>. O utopismo interno ao existencialismo sartreano refere-se a que o homem não é apenas como se concebe, mas como ele quer que seja; guarda a ideia primária de qualquer utopismo: derrubar negatividades feitas na história para um futuro novo possível, a partir do próprio sujeito.

O *utopismo patrimonial existencialista* afirma, pelo sujeito situado, em situação e mobilizado, a resistência e a duração do patrimônio em risco. Dentre inúmeros conteúdos dos riscos [no imaginário social ou vinculados à sua *produção*], destacam-se ideias de: aniquilamento, perdas, política, tecnologia, mercado, modernização e mesmo preservação<sup>20</sup>. Esse utopismo, então, reconhece a possibilidade da preservação, na *modernidade tardia*, cuja produção de riqueza, na sociedade da escassez, é acompanhada pela produção social de riscos<sup>21</sup>. Com referência à América Latina, o utopismo da preservação frente aos riscos será problematizado através de levantamento daqueles eventos que impactam o Patrimônio da Humanidade<sup>22</sup>, destacando o

---

<sup>16</sup> Mongin, 2009.

<sup>17</sup> Capel, 2011.

<sup>18</sup> Gomes, 2010.

<sup>19</sup> Sartre, 2002.

<sup>20</sup> Beck, 2010; Lash, 2012; Garcia-Tornel, 1997; Satterthwaite, 1993; Ribeiro, 2010.

<sup>21</sup> Beck, 2010.

<sup>22</sup> Serão levantados tanto os principais riscos que solapam os países latino-americanos <<http://www.cepal.org/es>> quanto as estratégias de prevenção de riscos ao Patrimônio Mundial latino-americano desenvolvidas pela Unesco <[whc.unesco.org](http://whc.unesco.org)>.

papel dos sujeitos na elaboração de alternativas. “Não será a desgraça um produto da História, feita por homens, e que, portanto, pelos homens pode ser desfeita?”<sup>23</sup>.

O filósofo italiano Tommaso Campanella, em sua utopia *Cidade do Sol*, dizia que “este nosso século [XVI], que tem mais história em cem anos do que teve o mundo em quatro mil, que muito mais livros foram escritos do que em cinco mil! Quantas invenções maravilhosas, o ímã, a imprensa, os arcabuzes, grandes sinais da **união do mundo**”<sup>24</sup>. Essa utopia dialética moderna do *progresso para a união* [justificado em territórios dominados pelo programa civilizacional europeu] atravessa séculos e continentes, a produzir subalternos da história. Dessa forma, *Utopismos patrimoniais pela América Latina* dissolvem a colonialidade imposta ao continente e a cada um de seus lugares; conclamam alternativas econômicas populares por meio do patrimônio-territorial singular que resiste, a ser preservado e mobilizado por sujeitos localizados e empoderados, apesar da essência contraditória da urbanização e das situações de riscos.

Já se sabe muito dos conflitos inerentes ao capitalismo; devem ser considerados estudos mais detalhados, assertivos e alternativos, para entender a realidade que é mais rica e complexa do que às vezes se delinea na crítica<sup>25</sup>. *Utopismos patrimoniais pela América Latina* considera esse preceito, pois denotam *resistências* estabelecidas perante manifestação de poderes.

### ***Utopismo patrimônio-territorial: resistências à colonialidade do poder na América Latina***

O termo *modernidade*, que possui tantas definições, remete, invariavelmente, ao transcurso do tempo, a transformações sociais por rupturas, à difusão territorial seletiva de próteses geotécnicas e a intencionalidades transfronteiriças realizadas. Apesar de o avesso da ideia de modernidade ser o passado arcaico e regular e por trazer assimetrias como as de antigo e novo, ganhadores e perdedores, vencedores e vencidos<sup>26</sup>, o patrimônio-territorial latino-americano materializa ações e guarda essências de processos cuja longa duração promoveu avanços e retrocessos sociais históricos, no continente.

A dominação ibérica moderna da América Latina [de momento técnico o da madeira e da água (a priori) e do ferro e do carvão (a posteriori)] tem por lógica a culturalização da natureza feita em duro dilema sociotecnológico: minerar as riquezas da terra sem preservá-la e a alto custo aos cativos e aos nativos. “Não a indústria, mas a mina foi o começo do espírito moderno e o seu símbolo de prática. Minerar é uma metáfora para a civilização moderna (...) pode-se entender a totalidade das posturas e estratégias modernas como metáforas para a prospecção”<sup>27</sup>.

A modernidade latino-americana catalisada pela ânsia bulionista europeia, que redundou na complexização territorial do continente, apresenta várias dimensões cruzadas de ideologias e de utopias; mas, interessa tratar de duas: uma ideologia universal [dilatante de contrassensos do colonialismo e da colonialidade] e uma utopia particular [que demarca variantes estéticas continentais ou objetos e saberes simbólicos tratados aqui por patrimônio-territorial resultante e certificador daqueles contrassensos - *resistência que perdura espacial e subjetivamente*]. Apesar de *utopia* e *ideologia* serem conceitos opostos [ideologia invoca a *aparência* e utopia é o sonho

---

<sup>23</sup> Galeano, 2005, p. 341.

<sup>24</sup> Campanella, 2014, p. 53.

<sup>25</sup> Capel, 2011.

<sup>26</sup> Latour, 2013.

<sup>27</sup> Bauman, 1997, p. 268.

da *verdadeira* ordem da vida], interagem-se, pois o utópico está vigente na ideologia e a utopia não é simples alternativa à ideologia, mas sua causa<sup>28</sup>.

Primeiramente, serão discutidos alguns pontos dessa ideologia universal moderna desde o continente. O colonialismo é uma estrutura de exploração em que a política, os recursos, os povos no trabalho são dominados por agentes de identidade e território externos. A colonialidade, gestada no colonialismo, difunde-se a partir da América Latina, com o capitalismo colonial moderno eurocentrado; significa a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como justificativa à coerção do poder, a operar em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana<sup>29</sup>. A colonialidade do poder é mais profunda e duradoura que o colonialismo, por ser raiz, permanência, ideologia e prática que se sustentam na imposição da ideia de raça/etnia como instrumento de dominação [o que sempre limitou os processos de construção dos Estados Nacionais na América Latina, pois baseados, em grande medida, em modelo eurocêntrico]<sup>30</sup>.

“A colonialidade das relações de dominação/exploração/conflito entre brancos e não-brancos, não obstante sua intensa vigência, dada a condição vastamente majoritária dos primeiros, não foi forte o suficiente para impedir a relativa, mas real e importante, democratização do controle de recursos de produção e do Estado, entre brancos, é verdade, mas com o vigor necessário para que pudesse ser reclamada mais tarde também pelos não-brancos. O poder pode ser configurado na trajetória e na orientação de um Estado-nação. É a isso que se refere, sem dúvida, a ideia da Revolução Americana”<sup>31</sup>.

A questão que se delineia, em resumo, é a da impossibilidade de tratar a modernidade apartada da colonialidade do poder - apresentada por Anibal Quijano como o lado sombrio ou oculto da modernidade. No limite, essa análise favorece compreender a América Latina no contexto da longa duração da colonialidade, a qual quer outorgar legitimidade a relações de dominação a partir do julgamento da inferioridade genotípica e fenotípica de raças/etnias.

O utopismo primordial do patrimônio-territorial está no rompimento com a originária colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana de modernidade, cuja atribuição de explicação está em fenômenos restritamente intra-europeus, ou seja, a modernidade não assumiu significado mundial a priori. O patrimônio-territorial quer resgatar, localizar, dar sentido moderno à América Latina e sentido mundial à modernidade, pois, concretamente, fala-se em história mundial com a operação do sistema-mundo, do qual o continente foi baluarte, desde fins do século XV.

“A primeira etapa moderna [mercantilismo mundial] foi aberta pela Espanha, de forma que as minas de prata de Potosí e Zacatecas [1545-6] permitiram o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto, vinte e cinco anos depois de tal descoberta [1571]. O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. A “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Realização empírica da Modernidade via mundialização, com a organização de um mundo colonial e usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico”<sup>32</sup>.

A colonialidade do poder [e do saber] não é reconhecida somente na teoria pós-colonial atual. Immanuel Wallerstein lembra o importante confronto intelectual entre Bartolomé de Las Casas [primeiro padre ordenado no novo continente, que renunciou à sua participação no sistema de *encomienda*, para condenar as injustiças causadas pelo sistema, com livros e memorandos] e

<sup>28</sup> Neuss, 1971.

<sup>29</sup> Quijano, 2009.

<sup>30</sup> Quijano, 2009.

<sup>31</sup> Quijano, 2005, p. 132.

<sup>32</sup> Dussel, 2005, p. 29.

Juan Ginés Sepúlveda, autor de *Demócrates primeiro e Demócrates segundo - das causas justas da guerra contras os índios*. Os documentos publicados pelos autores, há meio milênio, “fazem uma pergunta fundamental com a qual o mundo ainda se preocupa: quem tem o direito de intervir, quando e como?”<sup>33</sup>.

Os argumentos centrais de Sepúlveda a favor do colonialismo tal qual se configurava eram: i) os ameríndios eram bárbaros, iletrados, simplórios, incapazes de aprender qualquer coisa que não fosse atividade mecânica; ii) os índios deveriam aceitar o jugo espanhol como retificação e punição por seus crimes contra a lei divina e natural, como a idolatria e o costume ímpio do sacrifício humano; iii) o domínio espanhol facilitaria a evangelização cristã. Esses pontos são utilizados para justificar todas as intervenções subsequentes dos “civilizados” do mundo moderno em zonas “não civilizadas”, “a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis e a possibilidade de disseminar valores universais”<sup>34</sup>. Las Casas combateu firmemente cada um desses pontos, considerando que: os sacrifícios humanos indígenas estavam ligados a preceitos religiosos em terras apartadas da doutrina cristã e que os homens só poderiam ser levados a Cristo por livre vontade, nunca por coação, donde a guerra não poderia ser meio de preparar as almas para suprimir a idolatria.

Immanuel Wallerstein trata do continuísmo da ideologia colonialista arbitrária e direciona sua análise ao ponto de corroborar pelo que se deseja por utopismo patrimônio-territorial. Entre os séculos XVI e XXI, a linguagem retórica do poder se altera da *evangelização cristã para o controle imperial legítimo* à *missão civilizadora das potências*; ganha voz o discurso pós-colonial dos *direitos humanos*, com sua Declaração Universal, a qual serve, especialmente, de propaganda de um governo para condenar o outro. Intervenções na América Latina, Ásia, África se dão com base no argumento de que o país atacado viola(va) valores humanitários – “impedir manutenção de reféns”, “derrubar regimes cruéis e ditatoriais”. Não haveria, para essas intervenções, alternativas pacíficas? A crença dos interventores é a de que estão maximizando a justiça, moralmente justificados pela “lei natural”, ainda que não tenham respaldo jurídico com lei internacional ou que se valham do discurso de que “somente o meio violento utilizado erradicaria o mal evidente”. Na modernidade/colonialidade, predomina da ideologia na qual a intervenção legitima-se com violência contra os bárbaros e o dever moral de evangelizar [doutrina de Sepúlveda], frente às objeções ou oposições minoritárias [ao modo de Las Casas].<sup>35</sup>

A modernidade/colonialidade guarda a violência histórica como *modus operandi*, cuja moral superior impõe “desenvolver os primitivos” e “promover o esclarecimento”, postando a Europa como parâmetro de “desenvolvimento” e “educação”. O patrimônio-territorial resgata, situa e ressignifica, espacialmente, o que resiste na América Latina: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela “face oculta” da modernidade. Necessária oposição à colonialidade se dá na constituição da descolonização epistêmica, baseada em saberes localizados frente a saberes hegemônicos. “Os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”<sup>36</sup>.

As questões levantadas até aqui assinalam a colonialidade do poder como essência das ideias e práticas complexas e invisíveis (mas constitutivas) da modernidade, que entrelaça economia,

<sup>33</sup> Wallerstein, 2007, p. 33.

<sup>34</sup> Wallerstein, 2009, p. 35.

<sup>35</sup> Wallerstein, 2009, p. 30-46.

<sup>36</sup> Quijano, 2005, p. 118.

natureza, gênero, raça/etnia, autoridade e conhecimento. Walter Mignolo, a partir de Anibal Quijano e Edgardo Lander, assegura que a colonialidade do poder está atravessada por controles específicos como: colonialidade do saber, colonialidade do sentir, colonialidade do ouvir, colonialidade do ser, colonialidade do ver e colonialidade do pensar. Quer dizer, a colonialidade do poder tem por matriz os pilares: o conhecer (epistemologia), o compreender (hermenêutica) e o sentir (*aestética*)<sup>37</sup>. O controle da economia e da autoridade depende das bases sobre as quais esses pilares se assentam. Nesse aspecto, a teoria pós-colonial sugere a urgência em dismantelar a matriz colonial do poder, a partir da crítica à excludente e totalitária noção moderna de *totalidade*, a qual nega e opaca diferenças e outras totalidades, de maneira que um conceito não ocidental de totalidade deva enfrentar o conceito imperial de totalidade<sup>38</sup>.

“El concepto de colonialidad ha abierto la reconstrucción y la restitución de historias silenciadas, subjetividades reprimidas, lenguajes y conocimientos subalternizados por la idea de Totalidad definida bajo el nombre de modernidad y racionalidad. Quijano reconoce que los pensadores postmodernos ya habían criticado la noción moderna de totalidad; pero esta crítica se limita a lo interno de la historia de Europa y la historia de las ideas europeas. Por eso, resulta esencial la crítica a la Totalidad desde la perspectiva de la colonialidad y no solamente desde la crítica postmoderna. Ahora bien, es important señalar que la crítica a la noción moderna de Totalidad no nos dirige a la post-colonialidad sino a la descolonialidad. De aquí surge la segunda orientación, a la cual podemos llamar *programática* (...) como un proyecto de “*desprendimiento*” (...) Entre lo *analítico* y lo *programático* de la colonialidad, la descolonialidad se distancia a la vez que subsume la crítica post-colonial. Colonialidad y descolonialidad introducen una fractura entre la postmodernidad y la postcolonialidad como proyectos a la medio camino entre el pensamiento postmoderno francés de Michel Foucault, Jacques Lacan y Jacques Derrida y quienes han sido reconocidos como la base del canon postcolonial: Edward Said, Gayatri Spivak y Homi Bhabha. En otras palabras, el vuelco des-colonial es un proyecto de *desprendimiento* epistémico en la esfera de lo social (también en el ámbito académico, por cierto, que es una dimensión de lo social), mientras que la crítica post-colonial y la teoría crítica son proyectos de transformación que operan y operaron básicamente en la academia Europea y Estadunidense. De la academia desde la academia (...) Quijano concluye afirmando que el desprendimiento comienza en la descolonización del conocimiento”<sup>39</sup>.

A colonialidade impõe, aniquila e valora, reciprocamente, conhecimentos exclusivistas, o que exige a problematização do *lugar* do saber: do seu *tópos* geográfico ao seu *tópos* epistêmico; relação entre o que é teorizado e a partir de onde se teoriza. A origem dessa localização eurocêntrica do poder e do saber coincide com a transição do Mediterrâneo, como centro, à forja do circuito comercial do Atlântico e de sua exterioridade, cujo imaginário de conotação geopolítica serviu à fundação do sistema-mundo moderno colonial.<sup>40</sup> A demanda *descolonial* é a da reversão do quadro que indica o lado silenciado de uma imagem moderna feita de si mesma [por intelectuais e discurso oficial do Estado].

O utopismo patrimônio-territorial quer inverter a noção de uma América Latina como civilização apartada do *Ocidente*. A imposição da ideia de Hemisfério Ocidental como Atlântico Norte [*Ocidente* não envolveria, então, América Latina, África e Ásia] assegura o conceito de *civilização ocidental* e, paradoxalmente, instiga forças ocultas no imaginário *criollo* de Hemisfério Ocidental<sup>41</sup>, isto é, vêm à tona forças ameríndias e afro-americanas alimentadas pela difusão técnica de informações que apresentam e reforçam, cada vez mais, seu lugar no mundo. A ideia de Hemisfério Ocidental e, vinculado a ela, o imaginário do mundo moderno colonial, constituem-se de sujeitos escutados e negados, de memórias enaltecidas e suprimidas, de histórias contadas de um só lado. Entretanto, lembra Walter Mignolo, a América é a diferença,

<sup>37</sup> Mignolo, 2010.

<sup>38</sup> Mignolo, 2010, p. 13.

<sup>39</sup> Mignolo, 2010, p. 14-15.

<sup>40</sup> Mignolo, 2005.

<sup>41</sup> Mignolo, 2005.



mas também a mesmidade; é outro hemisfério, mas é Ocidental; é diferente da Europa, mas está ligada a ela; essa ideia casa com o projeto *transmoderno* sugerido por Enrique Dussel, no qual a modernidade e sua alteridade negada [as vítimas] se corealizam por mútua fecundidade criadora.

Nesse sentido, o patrimônio-territorial identifica e ilumina a cultura barbarizada pela presente colonialidade, julgando os subalternizados latino-americanos como necessários à escrita da nova história continental. Aceitar-se-á o continuísmo da colonialidade, julgando grupos sociais “bárbaros” e “incapazes” de preservar e sobreviver dentro de seus parâmetros culturais materializados e subjetivados nas memórias urbanas e rurais do continente, ainda mal certificados socialmente, por preconceito de origem, localização e situação geográficas?

O utopismo patrimônio-territorial afronta, por meio de sujeitos, de grupos e de bens culturais situados e em situação espacial, a ideologia que legitima, na história, a colonialidade do poder e do saber. Quando essa ideologia distorce, firma e diferencia lugares, a consciência e o conhecimento sobre tais lugares, contraditoriamente, ela estimula resistências. O utopismo patrimônio-territorial rebate a ideologia enquanto “falsa consciência de uma situação”<sup>42</sup>, por uma outra sociedade e por um imaginário social da transformação popular a partir de símbolos territoriais resistentes à colonialidade: arte, religião, saberes, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais. Esse utopismo reafirma, para denunciar e indicar novo caminho, uma América Latina dividida em classes, etnias e regiões, tudo reverberado na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos que resistem nos lugares: indígenas, negros, mulheres, pobres urbanos que atestam a diversidade das memórias nacionais.

Cada país do continente pode resgatar bens culturais como potenciais alternativos, do ponto de vista da resistência material [econômica] e simbólica [político-cultural], à opressão e ao preconceito históricos [todos advindos da colonialidade], nas margens dos campos e/ou das cidades. A fuga ao controle espacial sustentado no discurso da inferioridade genotípica e fenotípica, ou seja, do preconceito de origem e de destinação, e a descolonização epistemológica dependem da revisão da localização geográfica dos saberes, quer dizer, *do que é teorizado* ou pensado e *onde é teorizado* e pensado.

O utopismo patrimônio-territorial vigorará a partir da sistematização de um conhecimento popular situado, por meio de uma agenda de iniciativas sociais, organizativas, administrativas e universitárias, todas locais. Tais ações e pesquisas podem contribuir para identificar, catalogar e mapear o acervo simbólico da história territorial dos subalternizados latinos, para intervenções concretas na implantação de roteiros patrimoniais de assentamentos [com sinalização interpretativa], museus temáticos de bairros, restaurantes criativos com respeito à história de formação e alimentar do lugar, espaços ou centros culturais e de identidade local, espaços de lazer ou recreação, cafés com artes locais, bares temáticos e outros. Podem ser objeto de apropriação, com particular respeito à memória indígena, negra e da circulação continental: i) histórico sistematizado da origem dos assentamentos precários ou não [advindos do processo migratório rural-urbano no continente]; ii) modos de vida enraizados que revelem sociabilidades singulares, tipologias de moradias particulares, padrões alimentares locais ou regionais; iii) festas sagradas ou profanas representantes do grupo social e de seus ancestrais; iv) patrimônio edificado [e ruínas], nas periferias urbanas, não valorado pelos responsáveis da gestão territorial e órgãos de preservação nacionais, estaduais e municipais; v) imóveis rurais ou conjuntos [sedes de fazendas, capelas rurais, arraiais] representantes da história agropecuária do continente, do país, da região ou do lugar, dentre outros possíveis.

---

<sup>42</sup> Ricoeur, 1997, p. 379.

Todas as ações localizadas [em prol do patrimônio-territorial] devem integrar a situação geral que envolve o acervo instituído oficialmente, ou seja, os sítios urbanos e rurais e mesmo atrativos isolados [desprezados no contexto da colonialidade] devem ser divulgados, integrando o roteiro patrimonial consagrado ou oficial. O utopismo patrimônio-territorial é uma de inúmeras estratégias que podem ter nos movimentos sociais, nas associações de bairro, na cooperação de acadêmicos, de intelectuais e de artistas, suporte para promover os lugares a serem transformados; esse utopismo reconhece a força das teorias endógenas e o potencial de transformação a partir da realidade empírica. Como a busca da cidade pelo homem do campo é algo ainda recorrente na América Latina, cabe pensar alternativas inéditas de ocupação [rural ou urbana], nos moldes da economia terciária, bem como formas reivindicatórias e auto-organização dos habitantes. “As classes populares seguem na busca das cidades porque sabem bem que é aí onde há oportunidades de trabalho e educação para eles e seus filhos (...) Um pouco mais de confiança na capacidade nossa, maior contato com as pessoas, e maior atenção aos estudos empíricos, em diversas disciplinas, faria, sem dúvida, muito bem à esquerda”<sup>43</sup>.

Para os utopistas, a mudança do existente depende da penosa transformação das bases da sociedade e da vontade de grupos em combater, acima de tudo, os fundamentos econômicos radicais, a mecânica cega dos desejos individuais competitivos e a regulação sistemática de processos vitais particulares, que estão fora do interesse de todos<sup>44</sup>. Nessa tendência, o utopismo patrimônio-territorial latino-americano resiste à colonialidade do poder e do saber, ao declarar uma *política locacional de acervos simbólicos* do subjugo moderno no continente: resgata e dá voz a grupos sociais reduzidos a “bárbaros” e “incapazes”, despojados e humilhados por preconceito de origem racial/étnica, econômica e tópico-espacial.

O utopismo patrimônio-territorial é a base para os utopismos patrimoniais *singularista* e *existencialista*, pois a localização e a situação dos subalternizados, no continente, decorre dos escombros da colonialidade mimetizada no discurso de universalidades ideologicamente impostas. Serão debatidas alternativas preservacionistas ante a urbanização e a construção social de riscos, na América Latina, sendo o sujeito e seu acervo memorial situados declarados como *a* possibilidade concreta do devir patrimonial contra as hegemonias ideológicas que perduram da colonialidade. Para tanto, os dados de análise [Cepal] serão levantados para os países com maior número de bens culturais e naturais do continente na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

### ***Utopismo patrimonial singularista ante a urbanização na América Latina***

Importante teórico pós-colonial, o indiano Homi Bhabha assegura que os discursos críticos dessa vertente exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a alteridade que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais. A crítica pós-colonial mapeia as forças desiguais que promovem a autoridade política, na ordem do mundo moderno; “emerge do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Ela [a teoria] intervém naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos”<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Capel, 2011, p. 22, 25.

<sup>44</sup> Horkheimer, 1971.

<sup>45</sup> Bhabha, 1998, p. 239.

Pela crítica à utopia da *universalidade* [como ideal] a reger o patrimônio enquanto síntese de totalidade social e na busca de alternativas à preservação, por meio de uma utopia do singular [concreto], que se apresenta o *utopismo patrimonial singularista* para a América Latina. Essa universalidade idealizada fomenta-se no discurso oportunista de uma modernização continental, quando parece ser “sem crítica que o continente se abre a todas as modernidades”<sup>46</sup>. Logo, os utopismos defendidos aqui agregam os conceitos *território* como síntese da formação e do domínio social, e *lugar* como quadro de referências situadas do mundo, de experiências humanas, da criatividade e de resistências. “Por isso, são os mais pobres que apontam o futuro (...) a relação fecunda com o território é feita por eles. Ricos e classe média tem o olhar para fora, são cosmopolitas, reduzem a capacidade de relação com o território mais próximo”<sup>47</sup>.

Território, lugar e suas singularidades são distorcidos no *universalismo europeu*, que almeja ser um *universalismo global*. Ante a hegemonia de um conjunto de leis, normas e ideias, de pontos de vistas éticos, étnicos e estéticos oriundos do “mundo” capitalista europeu, que anseia difundir valores globais, o utopismo patrimonial singularista faz-se alternativa aos pobres, na América Latina; resiste ao universalismo que tenta justificar a defesa dos direitos humanos dos inocentes, bem como à exploração material a que os fortes se consagram<sup>48</sup>, lastro da colonialidade.

Nesse quadro, inúmeras são as imposições de universalismos cuja estratégia envolve disputas e poderes. Caso paradigmático é o da Unesco, já contemplada em estudos sobre a *geografia* e a *geopolítica* capitalistas que enredam o patrimônio instituído para a Humanidade<sup>49</sup> e que, paradoxalmente: acirram competições ou confrontos entre agentes e atores no território; favorecem a concorrência da oferta de lazeres entre cidades e países; estimulam uma corrida global pelo selo supremo da patrimonialização; setorizam a destinação de verbas públicas para intervenções urbanísticas classistas; privilegiam políticas, restritamente, aos bens patrimoniais chancelados etc. O novo neste artigo refere-se à utopia de uma outra *patrimonialização global*, enquanto processo que evidencie um patrimônio-territorial por meio de singularidades até então negadas [produtos da colonialidade] e integrado às singularidades recriadas pelo mercado.

Para tanto, a dimensão conceitual universal desse processo deve ser, concomitantemente, assimilada e confrontada pela força e pelo saber de atores locais, a fim de modificar a *programação estrangeira*. Se o *conceito* patrimonialização global é uma “generalização necessária ao entendimento da resignificação dos lugares da memória e da natureza, por meio da leitura dialética do espaço geográfico e do fato urbano, este que ultrapassa o ângulo da morfologia ou do sítio delimitado e funcional”<sup>50</sup>, o *processo* patrimonialização global, que tem a Unesco como difusora maior, com suporte de agências de financiamentos internacionais, é produto e produtor de uma era em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender necessidades-desejos particularistas e, muitas vezes, forâneos<sup>51</sup>. É à essa tendência, que enobrece territórios de investimentos e segrega lugares e seus sujeitos, que se estimula resistir e subverter, por meio do patrimônio-territorial e de suas dimensões singulares, quando “a melhora do nível de vida dos pobres deve ser feita diminuindo a dos grupos sociais que gozam de riquezas e que possuem renda alta”<sup>52</sup>.

---

<sup>46</sup> Santos, 2006, p. 20.

<sup>47</sup> Santos, 2006, p. 23.

<sup>48</sup> Wallerstein, 2007.

<sup>49</sup> Costa, 2015; Costa, 2014; Scifoni, 2006.

<sup>50</sup> Costa, 2014, p. 241.

<sup>51</sup> Costa, 2014; Costa, 2015.

<sup>52</sup> Capel, 2011, p. 27.

A figura 1 localiza os bens culturais (93), naturais (36) e mistos (5) chancelados pela Unesco na América Latina e Caribe. Dos 1031 bens do planeta inscritos, até 2016, na Lista do Patrimônio Mundial, o continente concentra 13%, a Europa e América do Norte 48%, a Ásia e Pacífico 23%, os Estados Árabes 8% e África 9%<sup>53</sup>. Cada bem pode ser *elo conector* de uma rede nova agregadora do patrimônio-territorial local, com identificação e reação comunitária periférica e pelos valores simbólicos atinentes ao Patrimônio Mundial. Entretanto, há de se considerar que: fazeres que fluíam aberta e livremente se concretizam em estruturas institucionais, culturais e físicas, em uma tendência de fixidez e inamovibilidade relativas; se utopias materializadas não fogem à questão do fechamento ou do acúmulo de tradições, de inércias institucionais e coisas do gênero que elas mesmo produzem<sup>54</sup>, estratégias devem ser estabelecidas pela abertura do patrimônio-territorial, agregando bens instituídos e não instituídos em *rede simbólica utópica*.

**Figura 1. Patrimônio Mundial na América Latina [até abril de 2016]**



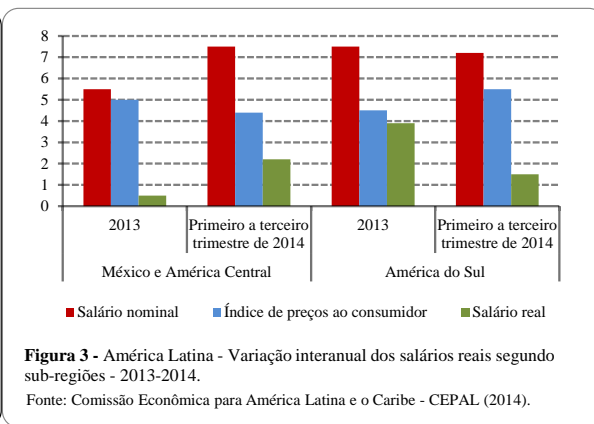
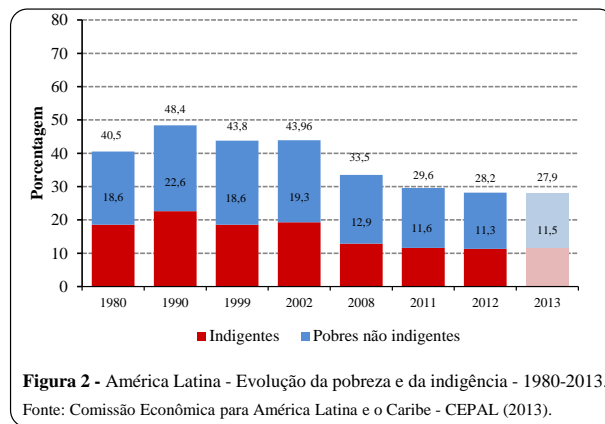
A universalidade da qual se encarrega o processo *patrimonialização global* traz resquícios da colonialidade do poder e do saber, ao criar, no lugar, grupos que se impõem a outros, mal agregando comunidades heterogêneas para uma ordem espacial duradoura e por trazer uma dimensão de totalidade eurocêntrica. “O eurocentrismo levou, virtualmente, todo o mundo a admitir que, numa totalidade, o todo tem absoluta primazia determinante sobre todas e cada uma das partes e que, portanto, há só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e cada uma das partes. As possíveis variantes do movimento de cada parte são secundárias, sem

<sup>53</sup> Costa, 2015; Scifoni, 2006, avaliam os disparates políticos globais-locais do Patrimônio da Humanidade.

<sup>54</sup> Harvey, 2004.

efeito sobre o todo e reconhecidas como *particularidades* de uma regra ou lógica geral do todo a que pertencem”<sup>55</sup>. A assimilação eurocêntrica absoluta do *todo* limita o pensamento e distorce o entendimento de que problemas espaciais correspondem à ganância antiética e imoral, das relações sociais globais às locais. Essas ideologias e práticas de poder resultam nas contingências da urbanização latino-americana, que afetam centenas de milhares de pessoas e podem ser minimizadas com desenhos econômicos alternativos nas microsociedades locais, a modificar e a participar de programações instituídas, estrategicamente, pelo Estado-mercado.

No quadro em que 28,2% da população do continente era pobre, em 2012, e 11,3% indigente ou em situação de pobreza extrema - apesar da queda em 20,5% da pobreza acumulada entre os anos 1990 e 2013 [Figura 2]<sup>56</sup> -, além da redução percentual da capacidade de consumo popular, entre os anos de 2013 e 2014 [Figura 3]<sup>57</sup>, devido à diferença entre salário nominal [bruto] e o salário real e a incidência da inflação, notadamente na América do Sul, como não pensar em alternativas econômicas situadas? Se a busca do homem do campo pelas cidades é algo ainda representativo na América Latina, importa revelar alternativas novas de ocupação para o trabalhador urbano, por meio de reivindicações e de auto-organização popular. “Com pressão adequada, a democracia pode seguir aprofundando-se e avançando, o que demanda propostas claras e concretas, para poder debatê-las amplamente e conseguir sua aprovação democrática”<sup>58</sup>.



O desafio posto é o de se estabelecer, nos lugares dos bens mundiais latinos, percursos narrados de paisagens e de práticas culturais dos habitantes, roteiros patrimoniais utópicos que reafirmem a existência periférica vinculada espacialmente com os sítios já consagrados. Duas dimensões de singularidade passam a convergir: do imaginário capitalista e da realidade popular herança da colonialidade do poder. Quando os serviços e a informática integram o desenvolvimento urbano, em detrimento da indústria tradicional, cabe uma redefinição teórica e prática do patrimônio, a superar a visão preservacionista-elitista, incorporando pessoas e lugares segregados na reprodução do sistema econômico urbano. Bens de setores chancelados e das periferias herdadas, com marcante tradicionalismo, podem ser mapeados em um roteiro cultural urbano-rural [capelas rurais ou de antigos povoados, sítios urbanos e rurais, formas de produção rural,

<sup>55</sup> Quijano, 2009, p. 83.

<sup>56</sup> Estimativa de 19 países da região. Os dados de 2013 são uma projeção. Dentre os 11 países com dados para 2012, tiveram diminuição no nível de pobreza: Venezuela, Equador, Brasil, Peru, Argentina e Colômbia. Já Costa Rica, El Salvador, República Dominicana e Uruguai mantiveram a média de 2011, sem variações consideráveis, exceção feita a El Salvador. Em 2012, o México foi o único país com aumento [de 36,3% para 37,1% de pobres].

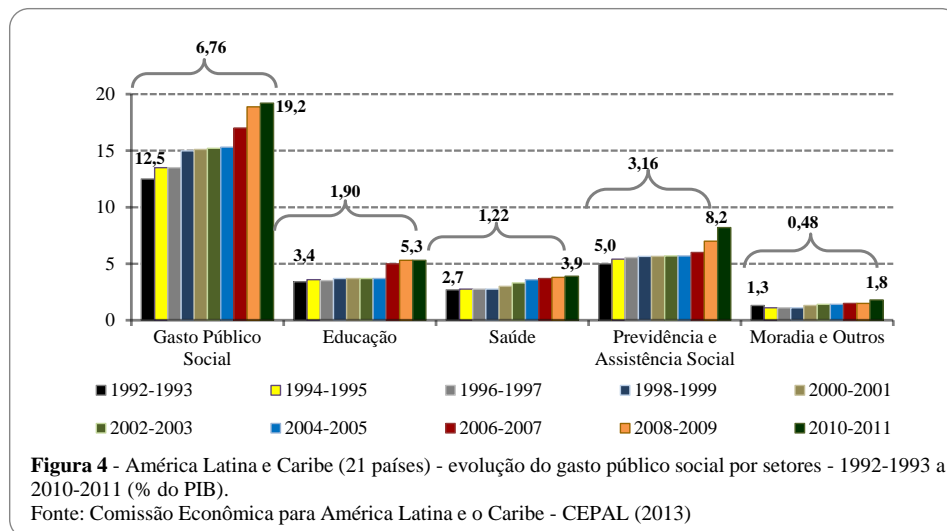
<sup>57</sup> Os países considerados são Panamá, Costa Rica e Nicarágua, para América Central; Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, na América do Sul, além do México.

<sup>58</sup> Capel, 2011, p. 10.

festas rurais etc., todos dentro ou fora dos perímetros urbanos e conectados aos atrativos já internacionalizados]. A mexicana Blanca Rebeca Ramírez reforça esses argumentos.

“O patrimônio cultural urbano tem como suporte de apropriação coletiva uma prática socioespacial fortemente monocêntrica, que se pretende abrir para chegar a um policentrismo cultural que inclua também outros centros - considerar o patrimônio como elemento que estrutura a cidade, com um plano que contemple e amplie a gama de entornos que deem novas centralidades à cidade. Nesta policentralidade dos patrimônios descobre-se o caráter local de sua situação e, portanto, um dos elementos mais importantes na reestruturação da economia da cidade”<sup>59</sup>.

A tese defendida é a da necessidade de renúncia dos centros antigos ou tradicionais como *as únicas* referências memoriais da cidade. As periferias são representação de espaços políticos e econômicos, cujos estratégicos fluxos centros-periferias-centros fazem do periurbano lugar de centralidades artístico-culturais a serem cartografadas, usadas e apropriadas. “Um verdadeiro descentramento se opera. Esta é a principal inversão sobre a qual se baseia a ideia da luta dos lugares: a inversão do centro para a periferia”<sup>60</sup>. Porém, é certo que investimentos públicos nesses territórios devem acompanhar antigas e novas necessidades populares. Entre os anos de 1992 e 2011, América Latina e Caribe investiram, em média [Figura 4] 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em *gastos públicos sociais*, dos quais 3,1% foi em previdência e assistência social [tanto pelo envelhecimento da população, quanto programas de combate à pobreza], 1,9% em educação [educação primária e secundária, nos países mais pobres], 1,2% em saúde e 0,48% em moradia [menor investimento na região, o que leva ao agravamento dos problemas de saúde e meio ambiente]. O habitante situado e em situação espacial [agente fundamental da transformação econômica da cidade] carece do Estado fornecedor das condições básicas para o *desenvolvimento como liberdade individual e coletiva*<sup>61</sup>; ações em torno do patrimônio periférico combatem a violência estrutural do capitalismo no mercado de trabalho, na segregação urbana, nas exclusões e discriminações diversas que obstam o espírito crítico social.



As ações periféricas pelo patrimônio localizado e a ser reconhecido por sujeitos forjados na situação histórica da colonialidade do poder carecem, para o sucesso, do que Hassan Zaoual trata como *empreendedor situado*, a dar às categorias econômicas conteúdos particulares que remetam às crenças e às práticas locais. “É uma revolução paradigmática que, aos poucos, nos

<sup>59</sup> Ramírez, 2006, p. 68.

<sup>60</sup> Mongin, 2009, p. 306.

<sup>61</sup> Sen, 2010.

conduzirá em direção a uma economia da diversidade e, por extensão, a uma civilização da diversidade, única alternativa à globalização econômica”<sup>62</sup>. Todavia, ao contrário do que advoga Zaoual, de que é necessário *o combate do sítio contra o capital*, defende-se a articulação do sítio com os territórios e lugares eleitos pelo capital, favorecendo-se deles, nas periferias. Os *empreendedores situados*, entendidos aqui como os próprios moradores periféricos localizados, são aqueles sujeitos e atores sociais ativos e criativos, capazes de colaborar na direção coletiva da eleição de atrativos, estimular a coesão social no sítio e em sua rede, ser um educador da preservação e da geração de novas rendas nas periferias. “Está na hora de acreditar que o homem é um animal territorial muito crente. É preciso levar em conta esse princípio universal para orientá-lo sem imposição - tolerância, escuta e monitoramento da teoria dos sítios. A ciência moderna está errada quando separa identidade e eficácia”<sup>63</sup>.

Relevante ao utopismo patrimonial singularista, que entende resistências à colonialidade do poder e do saber, é o *lugar* das crianças e dos jovens no processo. O folclore, a arte, a música, a culinária e a religião trazem reminiscências negras e indígenas do continente que suportam, ainda hoje, ideologias e atos da colonialidade, devendo ser repassados às crianças e aos jovens. Negros e indígenas, que mal saíram da condição de escravos à de proletários, concentram-se na camada popular e, além da pobreza originária da exploração de que foram e são vítimas, recaí sobre eles a discriminação, o estigma, pela expectativa geral de que continuem subalternos<sup>64</sup>. Às crianças e aos jovens, não devem ser destinados termos e ações condutoras de: descrença, ilegalidade e violência, pois depõe contra a cidadania. Folclore, arte, música e culinária estimulam cooperação, ética, solidariedade, liberdade e valores favoráveis a ações pela mudança do mundo, desde a periferia *caldeirão de etnias*. Por um lado, Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai, países de *baixa incidência de pobreza ampliada*, tem na educação e na empregabilidade dos jovens a maior carência relativa; a moradia e a energia para produção de comida são carências maiores em Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras e Paraguai, países de *alta incidência de pobreza ampliada* [Figura 5]<sup>65</sup>. Por outro lado, no âmbito continental, houve, entre 2000 e 2011, a redução de privações infantis graves e moderadas, para todos os indicadores, sendo o saneamento e a moradia as maiores privações às crianças [Figura 6]. Aos poucos, a formação dos jovens integra políticas sociais na região, com a redução de sua pobreza total e extrema. Os indicadores trazem esperança ao seu destino, o que pode ser reforçado nas escolas, com o conhecimento situado pelos futuros guardiões da cultura continental.

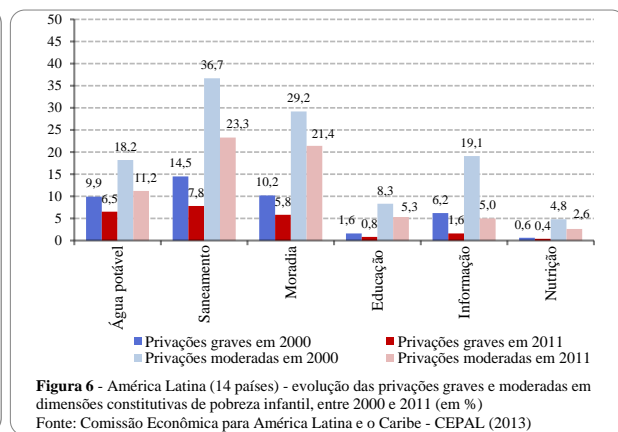
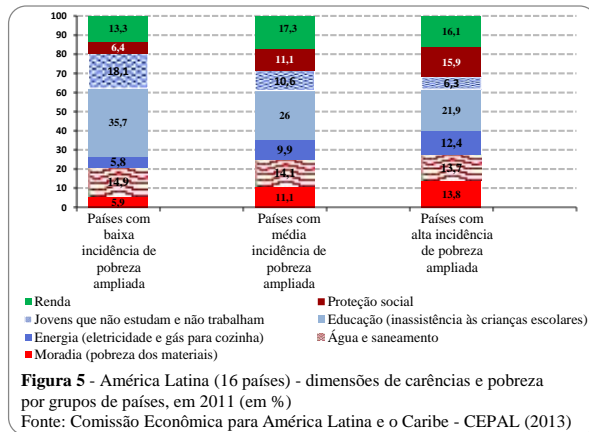
---

<sup>62</sup> Zaoual, 2008, p. 237.

<sup>63</sup> Zaoual, 2008, p. 239.

<sup>64</sup> Ribeiro, 2010.

<sup>65</sup> A pobreza ampliada traz como indicadores, segundo a Cepal (2013), avaliação de acesso à: água e saneamento, moradia, energia, educação, renda e vulnerabilidade social. Os países considerados de *média incidência de pobreza ampliada* são: Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana e Venezuela. Os outros dois grupos estão citados no texto.



Outro quesito a se tratar pelo utopismo patrimonial singularista diz respeito à díade *mobilidade e mobilização*, que caminham juntas, na utopia do *coletivo* e da *circulação* inter e intra-sítios. Sem execução de mobilidade-mobilização, a experiência urbana se restringe espacial e emocionalmente. As práticas comuns cotidianas constituem a alma do lugar e favorecem territorializações políticas situadas e em situação, quando são as pessoas que perfazem lugares material e subjetivamente, gerando a cidade. Interessa a mobilidade quando não se deve “esperar tudo de um lugar, de um único lugar, que não responde a todas as exigências (...) o lugar não dá tudo, não pode bastar à ação, se não oferece oportunidade de tecer ligações com outros lugares, se não torna possível uma colocação em movimento (...) Não há lugares sem mobilidade”<sup>66</sup>.

Logo, a reafirmação da *existência periférica* e a indicação das *diferenças socioterritoriais* tem na singularidade de suas expressões memoriais e culturais o potencial da *preservação sinérgica do patrimônio*, apesar das nuances da urbanização latina, que podem ser minimizadas ao se tirar proveito do sistema dos bens simbólicos universais instituídos. Necessitam-se territórios abertos e chegáveis para o estabelecimento de percursos narrados de paisagens e práticas dos habitantes, que podem favorecer novos projetos coletivos locais com *roteiros patrimoniais utópicos*.

Porém, como interagir, espacialmente, sítios periféricos distantes com monumentos, lugares e práticas culturais instituídas oficialmente, no contexto da urbanização latino-americana e dos entraves público-institucionais? Como garantir a mobilidade naqueles territórios latinos cuja administração padece voltada aos interesses maiores do capital? Este é o desafio posto à mobilização de lugar para lugar, pelo fluxo de informações, conhecimentos, interesses e estratégias endógenas e articuladas entre lugares. Para tanto, é necessário: identificar *empreendedores situados*, estabelecer diálogos comunitários, buscar apoio às instituições de cultura e ensino [órgãos de preservação patrimonial, museus, escolas e universidades], verificar o *possível* junto à administração municipal e, sobretudo, catalogar/cartografar o potencial de cada lugar na oferta de atrativos situados, elaborando conexão informacional-móvel com bens patrimoniais já consagrados. A mobilização é fundamento para a mobilidade nas periferias pouco assistidas. A vida rural ou urbana desumanas, baixos índices de educação, trabalho precarizado, difícil acesso aos bens públicos existentes nas cidades, além da reduzida possibilidade de melhora de vida forçaram, historicamente, a saída do homem do campo. Chegando à cidade, o sujeito rural - situado na periferia e desejoso de dignidade - enfrenta os problemas da empregabilidade e do estigma, é tratado com inferioridade. O utopismo patrimonial singularista quer minimizar o drama social periférico, por meio do saber-fazer, da cultura dessa população rural-urbana e do valor do lugar, gerando renda a partir do sítio em

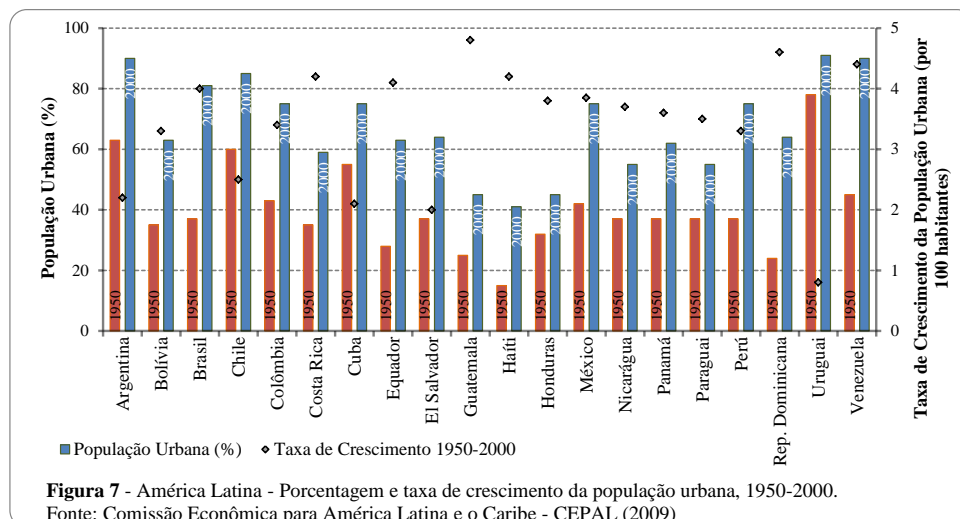
<sup>66</sup> Mongin, 2009, p. 296.



conexões, considerando *recipientes culturais* as periferias de cidades latino-americanas e as mudanças recentes quanto ao direcionamento de investimentos em *centralidades novas*.

“É verdadeiramente surpreendente que há quarenta anos se venham repetindo algumas ideias de que não houve mudanças em muitos países (...) O fim do comunismo, novo mapa geopolítico do mundo, a redefinição do ordenamento das cidades, as formas de atuação do capital, a emergência de resistências às imposições hegemônico-ideológicas do próprio capitalismo, as tendências novas de migração popular, a localização da pobreza e da riqueza, o avanço das cooperações internacionais, ainda que todavia insuficientes, ou dos avanços democráticos de grandes países como o Brasil e a União Sul-africana, são exemplos de mudanças”<sup>67</sup>.

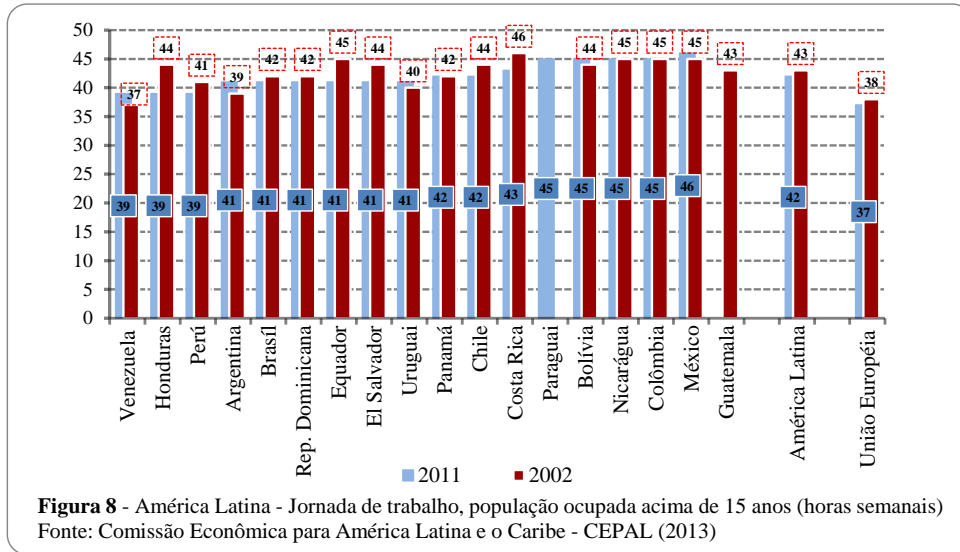
A América Latina apresentou, entre 1950-2000, uma taxa de urbanização elevada (acima 80%), com destaque para Costa Rica, Equador, Guatemala, Haiti, Rep. Dominicana e Venezuela. Apesar de Argentina, Chile e Uruguai terem alta porcentagem da população vivendo em cidades, sua taxa de urbanização é baixa para o período, pois é mais antigo seu predomínio demográfico urbano. Brasil, Haiti, Equador, Rep. Dominicana e Venezuela mais que dobraram sua população urbana, entre 1950-2000 [Figura 7]<sup>68</sup>. Nesse contexto de distintos padrões de urbanização continental, verifica-se elevada jornada de trabalho, para a população da maioria dos países, com taxa acima de 40 horas/semana, com exceção de Venezuela, Honduras e Peru, pouco abaixo; o México apresenta a maior média (46 horas/semana); os trabalhadores da América Latina como um todo tinham, em 2011, jornada de trabalho de 5 horas acima aos da União Europeia [Figura 8]. Há de se considerar o tempo como *recurso limitado* na vida prática individual. A redução da jornada de trabalho significa uma vida qualificada à saúde mental e física. Não há tendência de redução da jornada de trabalho na América Latina; a divisão sexual do trabalho desigual indica as horas dedicadas pelas mulheres ao trabalho (especialmente o doméstico) extremamente elevada, sem remuneração e reconhecimento social. Logo, a revalorização radical do sujeito *situado* contribui para o redirecionamento qualitativo de mentalidade e de humanidade, base de uma nova civilização. Um mundo novo pode e deve ser anunciado, não com uma construção de cima para baixo, como a que hoje se assiste e se deplora, mas uma edificação cuja trajetória se dará de baixo para cima<sup>69</sup>.



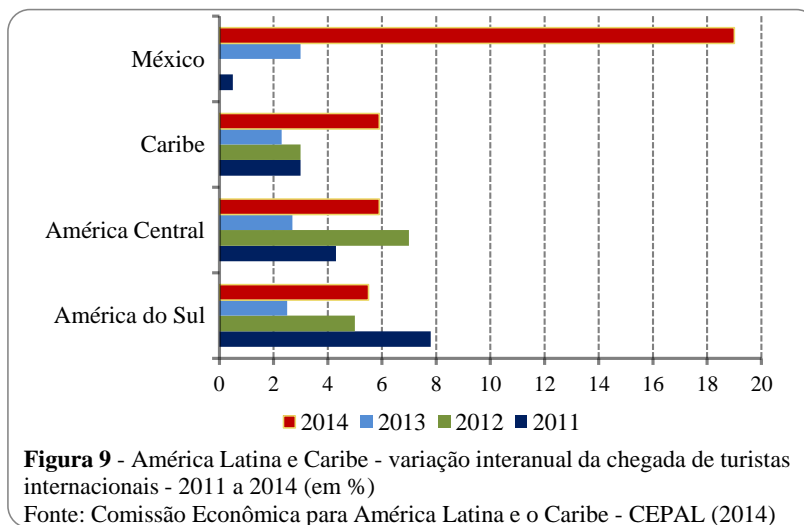
<sup>67</sup> Capel, 2011, 44-45.

<sup>68</sup> A Cepal (2009) subdividiu a latino-americana urbana em três estratos, quanto ao grau de urbanização alcançado – para 1950: alta (acima de 50%), média (30% a 50%), baixa (abaixo de 30%); para 2000: alta (acima de 80%), média (60% a 80%), baixa (abaixo de 60%).

<sup>69</sup> Santos, 2000.



No cenário genérico apresentado, é possível aproveitar o potencial cultural regional e de cada lugar para atrair visitantes às periferias urbanas latinas. O utopismo patrimonial singularista tem na atividade turística continental importante aliada. Verifica-se, entre 2011 e 2014, uma variação anual média positiva de 5% na chegada de turistas. O caso do México é emblemático, com o retraimento da crise econômica norte-americana e a crescente da confiança de seus consumidores, há o incremento do turismo nacional, em uma variação que atingiu 19%, em 2014. O mesmo motivo aquece este ramo econômico no Caribe e América Central. Nesse contexto geral, cabe a cada lugar a construção de projetos e a apresentação das propostas pela *preservação sinérgica do patrimônio*, de forma que ocorra, inclusive, programas de financiamento para pequenos *empreendedores situados* e seus parceiros, corrigindo a falha de setores bancários formais. “Devido à importância das representações simbólicas locais e de seus efeitos sobre os comportamentos individuais e coletivos, o sítio desempenha uma função de coordenação e de sanção, reduzindo a incerteza que paralisa os tradicionais procedimentos bancários de tipo burocrático e tecnicista”<sup>70</sup>. Tem-se a defesa de uma nova vida coletiva solidária e conscientemente *situada*, cuja transformação depende, preponderantemente, das bases sociais engajadas, criativas e conscientes da utopia periférica da inserção em *redes* postas.



<sup>70</sup> Zaoual, 2008, p. 238.

Justifica-se a singularidade de um patrimônio-territorial diante do quadro da urbanização (desigual-em-transformação, legada na colonialidade) no continente latino-americano. Resistir ao poder e ao saber pretensamente *universais* a partir do *sítio* que deles resultam: este é o paradoxo utópico posto. A utopia, então, é partilhada pelos grupos subalternizados na história que, apesar de toda e qualquer conjuntura, passa a reconhecer centralidades instituídas como *vínculos* para se *afirmar* e para novas rendas locais; a utopia passa a ser assimilada e a se situar, pela força contraditória da colonialidade, nas periferias urbanas com seus protagonistas indígenas, negros, mestiços, mulheres e homens. Descentraliza-se, então, a própria utopia (nova força política), deixando de ser cooptada, restritamente, por intelectuais e técnicos do saber e do fazer urbanos<sup>71</sup>, o que realça um novo tipo de resistência pela circulação espacial do poder. A utopia é assumida como método, por favorecer e fortalecer a crítica e a construção do *novo* no *velho* periférico; revela um campo de possibilidades cujo *experimentar*, como qualquer descobrimento, implica ruptura com políticas, técnicas, fazeres e ideologias instituídas.

“As utopias favorecem, dentro do campo intelectual, o processo de dissolução de estruturas sociais; preparam, indiretamente, a revolução (...) A destruição e a nova orientação do intelecto por meio da utopia serve de transição entre a decomposição da realidade existente e sua nova formação (...) A partir do método ou do experimentar utópico, se alcança a verdadeira utopia quando este experimentar com possibilidades abre portas a um mundo novo (...) O utopista atua como se realmente pudesse criar um mundo completo, com suas instituições, suas artes, suas técnicas e suas religiões. Naturalmente, ele não pode fazê-lo mais que no campo do jogo”<sup>72</sup>.

Rompe-se com a colonialidade do poder e do saber por meio de *dispositivos* utópicos situados. Defender “conhecimentos localizados”<sup>73</sup>, quando são todos construídos a partir de um ponto com destino a outros pontos, ajuda a escapar de um sistema racial preconceituoso e classificador da sociedade e de territórios. “Lugares do não-pensamento estão despertando do largo processo de ocidentalização (lugares de mito, de religiões não-ocidentais, de folclore, de subdesenvolvimento). Homens e mulheres de regiões não-europeias descobriram que foram concebidos como *anthropos* por um centro de enunciação auto-definido como *humanitas*”<sup>74</sup>.

A criação de atratividades nas periferias urbanas pode ocorrer em atendimento aos anseios de sujeitos situados, em situação e em trânsito. Estes que devem apresentar propostas e não se aquietar em protestos. Muitos países da América Latina, caso do Brasil e do México, têm enormes potenciais rentistas locais a partir, por exemplo, de:

- Pequenos distritos de cidades coloniais das antigas zonas mineradoras do ouro, dos diamantes e da prata. Muitos destes não são ou são mal inseridos nos circuitos turísticos já estabelecidos. Os distritos de Ouro Preto e de Diamantina, no Brasil, são exemplos desta possibilidade ainda muito mal trabalhada. No México, são definidas tais localidades como *Pueblos Mágicos*, com sua história e valores simbólicos que já se fazem atrativos.
- Feiras livres e encontros gastronômicos que acontecem em bairros fora dos centros tradicionais das maiores cidades, no Brasil e no México, demandam investimentos e criatividade locais para difusão de seus produtos e de seus eventos.
- Centros de peregrinação e seu entorno imediato, casos de Guadalupe (DF-México) e de Trindade (GO-Brasil), representam atrativos potenciais para inovação de investimentos localizados.

<sup>71</sup> Ricoeur, 2007.

<sup>72</sup> Ruyer, 1971, p. 159, 163, 165, 168.

<sup>73</sup> Mignolo, 2009, p. 10; ideia já tratada, neste texto, por *conhecimento situado*.

<sup>74</sup> Mignolo, 2009, p. 11.

- Metrópoles com seus registros culturais e naturais na formação periférica, como as cidades satélites de Brasília enquanto marcas do processo contraditório de construção da nova capital [São Sebastião e sua memória relativa às olarias para confecção de tijolos é um patrimônio não reconhecido]. Ainda, o bucolismo, o charme e as tradições culturais que demarcam Coyoacán, na área metropolitana de Cidade do México, como aglomerado que indica uma *vida de bairro* a ser mais reconhecida em favor de novas atividades, empregos e rendas locais.
- Recuperação material e imaginária de igrejas e museus relativamente abandonados em bairros afastados ou mesmo em imediações de centros históricos: pequenos comércios e serviços, bem como festas de santos, podem ser estímulos a novas atividades casadas com o restauro material e imaginário das localidades. A Igreja de N. Sra. das Mercês, em Oaxaca, ou a Capela de N. Sra. da Piedade, em Ouro Preto, são potenciais ao investimento local periférico. O importante Museu da Memória Viva Candanga, em Brasília, é negligenciado pelo poder público, fora do Plano Piloto patrimonializado.
- Criação de centros culturais, espaços de memória relativos à história local-nacional, espaços de eventos, estabelecimento de restaurantes e cafés temáticos são algumas alternativas à geração de empregos nas periferias urbanas destes e de outros países latinos.
- Festivais de intervenções artísticas [música, literatura, teatro, artesanato etc.], com edições periódicas e parcerias dentro e fora do local podem estabelecer gostos locais pela arte e difundi-la globalmente.
- Roteiros intra-bairros para o conhecimento do *fazer*, do *viver* e do *estar* na *periferia*. Roteiros que extrapolem os limites impostos ao patrimônio institucional podem favorecer resgatar a totalidade urbana e totalização da cidadania, pelo território posto em situação.

A lista de possibilidades a se agregar ao utopismo patrimonial singularista é diretamente proporcional à percepção, apropriação do patrimônio-territorial. A *patrimonialização global* foi reconhecida como “potência vertical de transformação dos lugares particulares”, “generalidade que recria singularidades”, “dependente da produção de materialidades e de símbolos, de condições concretas e representativas que nos cercam, de novas unidades físicas e sociais”, “promotora da ressignificação mercantil dos lugares e de sua fragmentação e ruptura frente a múltiplos deslocamentos”, “reconfiguradora de paisagens e territórios, para se tornarem imediatamente aparente aos olhos, virando referências cruzadas do estético e do político”<sup>75</sup>.

Uma outra *patrimonialização global*, então, deve negar a universalidade restritiva presente na ideia e na prática do Patrimônio Mundial ou de qualquer patrimônio instituído, redefinindo a universalidade, na teoria e na prática, a partir dos sujeitos situados e em situação espacial, sem negar o acervo periférico, ou seja, sua cultura, sua memória e, sobretudo, seu potencial representacional do que foi negado: a existência dramática do negro, do índio, do pobre. Assim, favorece-se uma *preservação sinérgica do patrimônio* com novos *roteiros patrimoniais utópicos*. O desafio, em suma, é o de fazer representar culturas subalternizadas pelas histórico-hegemônicas autoridades sociais-políticas, na ordem do que se convencionou denominar - de forma excludente - *Mundo Moderno e Ocidente*.

Conforme Homi Bhabha, importa elaborar estratégias legitimadoras de emancipação, de encenar outros antagonismos sociais, reconstituir não somente o discurso da diferença cultural, com a

---

<sup>75</sup> Costa, 2014, p. 242-246.

mudança de conteúdos e símbolos culturais, mas uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas, com novas identidades culturais.

“Toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento (...) A experiência afetiva da marginalidade social – que emerge de formas culturais não-canônicas – transforma nossas estratégias críticas, força-nos a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d’art* ou para além da canonização da ‘ideia’ de estética, a lidar com a cultura com produção irregular e incompleta de sentido e valor”<sup>76</sup>.

Na dimensão da modernidade e da colonialidade, a América Latina obscureceu-se enquanto totalidade concreta, dada a concepção eurocêntrico-parcial de totalidade e universalidade [o que se operou por meio da negação política, do apagamento simbólico e da reclusão econômico-territorial de indígenas e negros]. Totalidade envolve a dimensão de todas as relações possíveis de serem apreendidas e que estão para além de qualquer fato dado e isolado. O problema identificado é o de que “as ideias dominantes de totalidade deixam de fora dela demasiadas áreas da experiência histórico-social, ou as acolhem somente de modo distorcido”<sup>77</sup>, o que esboça um problema de contingências prática e epistemológica no tocante ao entendimento do que *representa* a América Latina.

Em resumo, o patrimônio-territorial, do ponto de vista prático, denota a singularidade necessária à resistência ao que foi mundialmente imposto e teve início na América Latina: i) mundo classificado em identidades raciais e divididas entre dominantes/superiores europeus e dominados/inferiores não-europeus; ii) diferenças fenotípicas usadas, definidas, como expressão externa de diferenças raciais - cor da pele, o cabelo, forma e cor dos olhos, forma da cara, tamanho do crânio, forma e tamanho do nariz, com predomínio da diferenciação pela cor da pele [além do gênero].<sup>78</sup> Nesse quadro de preconceito enquanto elemento fundamental justificador de atrocidades históricas contra dominados, a utopia se desloca para o seu *topos*, sua *topicidade*, vislumbrando um futuro possível em que as universalidades impostas sirvam de suporte à própria resistência localizada. O patrimônio periférico latino-americano - síntese da colonialidade - pode e deve se valer da mundialidade do patrimônio instituído.

Aos utopismos *patrimônio-territorial* e *patrimonial singularista*, por fim, agrega-se o *utopismo patrimonial existencialista*, a reforçar a ideia de que a construção moderna parcial de *sociedade*, *totalidade* e *universalidade* só podem ser confrontadas pelos sujeitos em situação espacial [de vida e morte], ante seu patrimônio em risco, sendo a ideia de risco outra construção moderna.

### ***Utopismo patrimonial existencialista frente aos riscos na América Latina***

O utopismo patrimonial singularista denuncia os problemas relativos à situação urbano-rural dos pobres, na América Latina, indicando alternativas à qualidade de vida dos moradores periféricos situados - pela renda auferida na criatividade de empoderamento do patrimônio-territorial. O *utopismo patrimonial existencialista* vai mais longe; chama atenção de problemas relativos à perda de vidas e à destruição de acervos patrimoniais consagrados ou não, colocando sujeitos periféricos e políticos, conjuntamente, no centro do debate e das ações pela preservação.

---

<sup>76</sup> Bhabha, 1998, p. 240.

<sup>77</sup> Quijano, 2009, p. 82.

<sup>78</sup> Quijano, 2009.

Parte-se do princípio sartreano de que as situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã, senhor de terras ou proletário. O que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal; também, não se pode negar a *situação*, que é o conjunto das próprias condições materiais [culturais] e psicanalíticas que, em uma dada época, definem um conjunto<sup>79</sup>.

Por isso, o utopismo patrimonial existencialista [pautado no existencialismo sartreano] quer reforçar o lugar e a responsabilidade dos sujeitos periféricos e políticos na preservação patrimonial e da própria vida [bem cultural supremo], diante dos *riscos* constantemente recriados pela modernidade - surge aí o *sujeito-patrimônio*<sup>80</sup> com sua *maneira de ser-estar-no-mundo*. “Como a existência precede a essência, o homem é verdadeiramente responsável por aquilo que é (responsável pela sua existência). Responsável por si só, não por sua irrestrita individualidade, mas responsável por todos os homens (existimos ao mesmo tempo em que construímos nossa imagem, que é válida para todos e para nossa época, para a humanidade)”<sup>81</sup>.

Logo, quatro pontos devem ser reforçados sobre a modernidade tardia [ou pós-modernidade] e a questão dos riscos, para o posicionamento do sujeito-patrimônio e sua responsabilidade individual-coletiva pela manutenção da vida e preservação das coisas *valiosas*: i) a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social de riscos [da distribuição de riqueza, na sociedade da escassez, passa-se à distribuição dos riscos na modernidade tardia]; ii) a modernização torna-se reflexiva, convertendo-se a si mesma em tema e problema; iii) às questões de desenvolvimento e emprego de tecnologias sobrepõe-se questões do manejo político e científico dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis; iv) a promessa de segurança avança com os riscos e precisa ser reforçada por meio de intervenções cosméticas ou efetivas no desenvolvimento técnico-econômico.<sup>82</sup>

A Figura 10 indica: países latino-americanos com maior ocorrência de desastres divulgados como *naturais*, entre os anos de 1990-2014; número de eventos [geofísicos e climatológicos]; pessoas afetadas; perdas humanas; bens da Unesco em situação de *risco*, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Riscos *meio-ambientais* e fragmentação social confluem, quando espaços de pobreza e marginalização são, correntemente, cenários de *catástrofes naturais*, em diferentes escalas de territórios<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> Sartre, 1996.

<sup>80</sup> A ideia de sujeito-patrimônio remete a todos os viventes no sítio. São os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. O sujeito-patrimônio representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento. Em situação no mundo, o sujeito-patrimônio adquire consciência sobre problemas e alternativas à mudança radical dos seus desígnios espaciais. É capaz de reivindicar e operar, pela mobilização popular, a igualdade territorial junto aos órgãos competentes e à sociedade como um todo. O sujeito-patrimônio é o principal bem cultural do lugar, em situação permanente. E mais, o sujeito-patrimônio é todo aquele que se move pelo bem comum da preservação incontestada, antes de tudo, da vida de relações. Em uma dimensão sartreana, o sujeito-patrimônio parte de sua responsabilidade individual, mas não se atém a sua irrestrita individualidade, sendo responsável por todos os homens [existimos ao mesmo tempo em que construímos nossa imagem, que é válida para todos e para nossa época, para a humanidade, assegura Jean-Paul Sartre].

<sup>81</sup> Sartre, 1996, p. 220.

<sup>82</sup> Beck, 2010.

<sup>83</sup> Garcia-Tornel, 1997.

Figura 10. Riscos ao Patrimônio Mundial e aos sujeitos localizados, na América Latina



Os eventos geofísicos indicados são: terremotos, erupções vulcânicas, deslizamento de massa seca. Os climatológicos são: tempestades catastróficas, grandes inundações, escorregamentos trágicos de massa úmida, temperaturas extremas, secas e incêndios. Os dados são alarmantes em parte dos países analisados: Peru, Equador, Colômbia, Haiti e México<sup>84</sup>, com destaque para os eventos de origem climatológica - tempestades catastróficas e grandes inundações.

- O Peru, para o período analisado, apresentou 88 eventos extremos [20 geofísicos e 68 climatológicos, com destaque para 34 grandes inundações, 18 terremotos e 15 escorregamentos trágicos de massa úmida], 13.715.886 pessoas afetadas, com 5.152 mortes.
- O Equador indicou 44 eventos extremos [15 geofísicos e 29 climatológicos, com destaque para 17 grandes inundações, 7 escorregamentos trágicos de massa úmida, 8 erupções vulcânicas e 6 terremotos], 1.579.429 pessoas afetadas, com 1.128 mortes.

<sup>84</sup> CepalStat, CRED: Centro para la Investigación sobre la Epidemiología de los Desastres, Universidad Católica de Lovaina - Base de datos internacional de desastres (EM-DAT) - <http://www.emdat.be>

- A Colômbia teve 102 eventos extremos [24 geofísicos e 78 climatológicos, com destaque para 53 grandes inundações, 20 escorregamentos trágicos de massa úmida, 14 terremotos e 8 erupções vulcânicas], 10.987.860 pessoas afetadas, com 4.433 mortes.
- O Haiti, caso mais grave, é marcado por 68 eventos extremos [1 geofísico, terremoto de 2010 com 222 mil pessoas mortas, e 67 climatológicos, com destaque para 28 tempestades catastróficas e 33 grandes inundações], 8.868.109 pessoas afetadas, com 230.823 mortos.
- O México passou por 166 eventos extremos [23 geofísicos e 143 climatológicos, com referência para 73 tempestades catastróficas, 41 grandes inundações, 16 terremotos e 7 erupções], 14.815.838 pessoas afetadas, com 4.456 mortos.

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Panamá, Costa Rica e Cuba apresentam dados menos impactantes, mas consideráveis, para o período 1990-2014<sup>85</sup>.

- Argentina teve 64 eventos extremos [4 geofísicos e 60 climatológicos, com destaque para 34 grandes inundações e 14 tempestades catastróficas], 1.710.927 pessoas afetadas, com 472 mortes.
- Bolívia apresentou 52 eventos extremos [2 geofísicos e 50 climatológicos, com destaque para 23 grandes inundações], 3.888.427 pessoas afetadas, 1.120 mortes.
- Brasil indica 115 eventos extremos [1 geofísico e 114 climatológicos, com destaque para 72 grandes inundações, 14 escorregamentos trágicos de massa úmida e 9 tempestades catastróficas], 46.597.386 pessoas afetadas, com 3.437 mortos.
- Chile indica 59 eventos extremos [12 geofísicos e 47 climatológicos, com destaque para 20 grandes inundações, 8 terremotos e 7 tempestades catastróficas], 4.383.477 pessoas afetadas, com 1.072 mortes.
- Panamá apresenta 36 eventos extremos [4 geofísicos e 32 climatológicos, com destaque para 28 grandes inundações e 4 terremotos], 192.125 pessoas afetadas, com 157 mortos.
- Costa Rica indica 46 eventos extremos [12 geofísicos e 34 climatológicos, com destaque para 22 grandes inundações, 10 terremotos, 8 tempestades catastróficas e 2 erupções vulcânicas], 1.532.273 pessoas afetadas, com 276 mortos.
- Cuba indica 47 eventos extremos [1 geofísico e 46 climatológicos, dentre 23 tempestades catastróficas, 19 grandes inundações e 1 terremoto], 12.497.754 pessoas afetadas, com 144 mortos.

As ditas *catástrofes naturais*, como as elencadas aqui [de maneira sintética para a América Latina], são, decididamente, sociais e decorrentes da organização dos grupos humanos no território atingido pelos fenômenos da natureza. A existência do risco depende de fatores naturais e do *comportamento* dos grupos sociais<sup>86</sup>. Caracterizam-se as catástrofes pelas perdas humanas e econômicas sofridas em curto prazo; são fenômenos de caráter e definição sociais, em termos do impacto e da origem, assim como das reações e respostas que suscitam na sociedade política e civil<sup>87</sup>. Já é claro que o capitalismo é nefasto, mas há outras questões que devem ser objetos de investigação, para se pensar mudanças sociais e preservação da vida. A leitura da imprensa diária informa da quantidade de conflitos que tem a ver com a religião, a

---

<sup>85</sup> CepalStat, CRED: Centro para la Investigación sobre la Epidemiología de los Desastres, Universidad Católica de Lovaina - Base de datos internacional de desastres (EM-DAT) - <http://www.emdat.be>

<sup>86</sup> Garcia-Tornel, 1997.

<sup>87</sup> Thomas, 1993.



cultura, as questões étnicas e inclusive tribais, ou o nacionalismo, bem como relação política e econômica indiscriminada com a natureza<sup>88</sup>.

A Figura 10, ainda, traz os 7 bens latino-americanos presentes na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, no ano de 2015<sup>89</sup>:

- Rede de reservas de arrecifes da barreira de Belize (fronteira com o México, ao norte, e com a Guatemala, ao sul) - problemas de gestão, pesca industrial, exploração petrolífera e de gases, atividade turística predatória e mudanças climáticas.
- Reserva da Biosfera do Rio Plátano (Honduras) - problemas de gestão, florestas convertidas em pastagens, invasão agrícola e extração ilegal de recursos naturais. A situação do bem se agrava por estar localizado em uma área rural sem monitoramento.
- Fortificações da costa caribenha do Panamá: Porto Belo e São Lourenço - problemas de pressão urbana e turística, falta de legislação que atente para a preservação dos edifícios, ausência de zona tampão e erosão.
- Coro e seu Porto (Venezuela) - alterações consideráveis dos materiais e das estruturas devido à ausência de medidas de proteção, bem como de chuvas torrenciais em 2004, 2005 e 2010; problemas de gestão e planejamento.
- Zona Arqueológica de Chan Chan (Peru) - deterioração das estruturas em terra em razão das condições climáticas extremas [fenômeno El niño], elevação do nível do lençol freático.
- Usinas de Salitre de Humberstone e de Santa Laura (Chile) – natureza frágil dos edifícios industriais, falta de manutenção por 40 anos, vandalismo e pilhagem de materiais reutilizáveis, danos causados pelo vento.
- Vila de Potosí (Bolívia) - instabilidade e risco iminente do desaparecimento do cume do Cerro Rico, deficiência na conservação dos bens de uso residencial e patrimônio arqueológico industrial, degradação do sitio histórico pela mineração incessante no Cerro Rico, impactos causados por fatores climáticos, geológicos e ambientais.

As catástrofes que atingem boa parte da população do continente, todos os anos, bem como ao patrimônio instituído e não instituído, dificultam, sobretudo, o acesso a recursos alimentares, energia, combustíveis e água potável. Agravam a situação os fatores sociais, econômicos e políticos que determinam quem e como se terá acesso imediato aos recursos básicos de sobrevivência, no pós-catástrofe. A dicotomia enganosa sociedade x natureza, uma construção do século XIX, garantiu com a justificativa das benesses técnicas a manipulação da natureza, ao ponto de, paradoxalmente, favorecer a *produção socioeconômica* dos riscos, hoje. Nesse sentido, a discussão ambiental conduzida de acordo com categorias químico-biológico-técnicas [modernidade reduzida ao arcabouço da tecnologia e da natureza no sentido de perpetrador e vítima] deixa escapar os conteúdos e consequências sociais, políticas e culturais dos riscos da modernização [realizados com os eventos naturais]<sup>90</sup>.

O utopismo patrimonial existencialista, então, destaca a preservação da vida mesmo diante da produção social de riscos, na América Latina. O sujeito localizado ou situado é o maior responsável no destino patrimonial da vida, reivindicando suas necessidades aos órgãos estatais competentes, posicionando-se pela preservação dentro e fora do lugar - defesa da vida e dos sítios de pertencimentos. Se só há realidade na ação, e o homem não é senão o seu projeto, só

---

<sup>88</sup> Capel, 2011.

<sup>89</sup> Unesco, 2015.

<sup>90</sup> Beck, 2010.

existe na medida em que se realiza, não é nada mais do que o conjunto de seus atos, nada mais do que a sua vida,<sup>91</sup> é por ela, em resumo, que ele deve se mobilizar, vendo-a possível em alternativas, mesmo diante das catástrofes [pois são políticas]. Apesar de todos os problemas identificados para o continente, no tocante à urbanização e à construção de riscos, há relativa diminuição, tanto do número de pessoas viventes em favelas [redução de -50% em Argentina, Colômbia e México], quanto das que estão na linha da pobreza ou da miséria [redução de -70% em Brasil, Costa Rica e Peru], entre as décadas de 1980 e de 2010 [Quadros 1 e 2].

**Quadro 1. População urbana que vive em favelas [% da população]**

País	Ano				
	1990	2005	2007	2009	2014
<b>América Latina e Caribe</b>	33,7	...	...	...	20,5
<b>Argentina</b>	30,5	26,2	23,5	20,8	16,7
<b>Brasil</b>	36,9	29,0	28,0	26,9	22,3
<b>Chile</b>	...	9,0	...	...	...
<b>Colômbia</b>	31,2	17,9	16,1	14,3	13,1
<b>Costa Rica</b>	...	10,9	...	...	5,5
<b>Equador</b>	...	21,5	...	...	36,0
<b>México</b>	23,1	14,4	14,4	...	11,1
<b>Paraguai</b>	...	17,6	...	...	...
<b>Peru</b>	66,4	36,1	36,1	...	34,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Divisão de Estatística das Nações Unidas – Base de dados de indicadores dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, 2015.

**Quadro 2. População que vive com menos de 3,1 dólares/dia [% do total da população]**

País	Ano							
	1981	1991	2001	2009	2010	2011	2012	2013
<b>América Latina</b>	38,1	...	...	...	13,8	12,8	11,9	...
<b>Argentina</b>	...	3,9	17,0	6,4	5,0	3,6	3,7	3,6
<b>Brasil</b>	41,1	...	25,8	13,4	...	11,4	9,3	9,1
<b>Chile</b>	...	...	...	4,1	...	2,9	...	2,0
<b>Colômbia</b>	...	21,2	37,1	20,1	17,6	15,3	16,2	13,8
<b>Costa Rica</b>	42,9	22,6	12,4	6,6	4,0	4,1	4,1	3,9
<b>Equador</b>	...	...	...	20,1	16,9	14,6	13,9	11,6
<b>México</b>	...	...	...	...	15,5	...	14,8	...
<b>Peru</b>	...	...	32,8	15,4	13,0	11,7	10,1	9,7
<b>Uruguai</b>	4,6	...	3,3	2,1	1,6	1,6	1,6	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe e Banco Mundial – PovCal Net, Base de dados, 2015

Se, por um ângulo, vê-se a tendência da melhoria de alguns indicadores da vida social no continente, por outro, avultam índices da intensificação dos riscos à vida ou à saúde da

<sup>91</sup> Sartre, 1996.

população, seguindo a lógica desenvolvimentista agrícola e industrial. Entre as décadas de 1970 e 2010, o aumento exacerbado da intensidade do uso de fertilizantes agrícolas [Quadro 3], bem como de seu consumo [Quadro 4] e a emissão de CO2 [Quadro 5], em todos os países analisados no continente, com suas variações individuais e anuais, sugerem o descompasso do desenvolvimento em duas de suas variantes: a individual-social e a econômica-capitalista, esta que abstrai o indivíduo. À exceção de Cuba, que apresenta a redução de todos os índices de risco, os outros países tiveram grande elevação dos riscos à saúde e à vida, por meio do uso indiscriminado de fertilizantes e CO2. O Brasil apresenta o maior aumento no uso dos insumos.

**Quadro 3. Intensidade do uso de fertilizantes na América Latina e Caribe [toneladas por 1000 hectares de superfície agrícola]**

País	Período								
	1970	1980	1990	1995	2000	2009	2010	2011	2012
<b>América Latina e Caribe</b>	4,8	11,5	11,5	12,1	17,2	19,3	24,8	28,7	28,3
<b>Argentina</b>	0,7	0,9	1,3	4,1	6,7	5,5	10,1	11,0	9,4
<b>Brasil</b>	5,1	18,7	13,3	16,3	25,1	30,5	40,2	48,0	47,9
<b>Chile</b>	8,6	7,9	19,3	26,4	31,9	50,8	30,1	45,9	39,8
<b>Colômbia</b>	3,4	6,9	13,4	10,9	14,7	20,7	24,3	28,3	27,7
<b>Costa Rica</b>	26,6	29,2	47,1	59,6	90,8	89,6	65,7	87,5	91,6
<b>Cuba</b>	78,9	89,2	86,0	36,5	19,9	9,2	15,2	21,6	25,1
<b>Equador</b>	7,0	11,2	8,7	12,5	20,4	29,8	39,9	43,3	38,8
<b>México</b>	5,5	12,6	17,1	12,1	17,2	11,6	16,5	15,7	17,0
<b>Paraguai</b>	0,8	0,5	1,0	1,4	3,2	12,0	16,0	19,7	17,1
<b>Peru</b>	4,7	6,3	4,8	7,0	11,0	16,1	15,2	16,5	17,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – Base de dados estatísticos online Faostat, 2015.

**Quadro 4. Consumo de fertilizantes na América Latina e Caribe [toneladas]**

País	Período								
	1970	1980	1990	1995	2000	2010	2011	2012	2013
<b>América Latina e Caribe</b>	2.885435	7.486964	7.909684	8.506513	12.287492	18.412721	21.400807	21.184266	21.493165
<b>Argentina</b>	87.036	115.568	165.500	524.700	862.983	1.488126	1.617843	1.403678	1.434947
<b>Brasil</b>	1.001917	4.200519	3.207800	4.205900	6.568000	10.989988	13.227029	13.195074	13.351594
<b>Chile</b>	129.487	132.736	306.682	405.000	482.000	474.399	723.762	629.165	758.082
<b>Colômbia</b>	144.384	312.300	602.300	486.200	658.200	1.031693	1.182041	1.178948	1.091008
<b>Costa Rica</b>	49.365	73.500	108.600	122.000	167.000	122.623	165.310	172.725	162.374
<b>Cuba</b>	396.300	529.500	580.000	244.000	130.400	101.159	138.125	160.521	156.039
<b>Equador</b>	34.098	72.579	68.021	101.000	164.400	299.057	318.228	291.420	273.586
<b>México</b>	537.721	1.237913	1.798400	1.286000	1.832000	1.764380	1.674532	1.814509	1.809635
<b>Paraguai</b>	9.001	6.320	17.923	23.000	65.200	340.284	420.330	367.780	436.134
<b>Peru</b>	84.300	118.130	105.256	153.300	254.270	365.693	397.530	432.224	436.388

Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – Base de dados estatísticos online Faostat, 2015

**Quadro 5. Emissão de dióxido de carbono (CO2) [toneladas de CO2 por habitante]**

País	Período								
	1990	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010	2011
<b>América Latina e Caribe</b>	2,3	...	2,6	2,7	...	...	...	2,9	...
<b>Argentina</b>	3,5	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	4,5	4,4	4,7
<b>Brasil</b>	1,4	1,6	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,2	2,2
<b>Chile</b>	2,5	2,9	3,8	3,8	4,3	4,3	3,9	4,2	4,6
<b>Colômbia</b>	1,7	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,5	1,7	1,5
<b>Costa Rica</b>	1,0	1,4	1,4	1,6	1,8	1,8	1,7	1,6	1,7
<b>Cuba</b>	3,2	2,4	2,3	2,3	2,4	2,7	2,6	3,4	3,2
<b>Ecuador</b>	1,7	2,0	1,7	2,2	2,2	2,1	2,3	2,3	2,3
<b>México</b>	3,7	3,4	3,7	3,9	4,0	4,1	3,9	3,8	3,9
<b>Paraguai</b>	0,5	0,8	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8
<b>Peru</b>	1,0	1,0	1,2	1,3	1,5	1,4	1,8	2,0	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – Base de dados estatísticos online Faostat, 2015

O espaço disponível para este artigo não permite apresentação de mais indicadores. A amostragem dada revela um continente em *travessia*, na qual a colonialidade do poder e do saber pode ser combatida pelo que resistiu à própria opressão colonialista/capitalista, ou seja, pelas alternativas criativas dos subalternos da história. O utopismo patrimonial existencialista, vinculado ao patrimônio-territorial e ao singularista, reforça a ideia existencialista sartreana de que o homem nada mais é do que uma série de *empreendimentos*, dos quais ele é a soma, a organização, o conjunto de relações que os constituem, dentro ou fora da *tragédia*. Tal existencialismo, longe do quietismo, é uma doutrina otimista, na qual a esperança está na ação do homem, de maneira que a única coisa que o permite viver é o *ato* [não descolado da subjetividade individual]; o *pensamento* para a ação conduz, concretamente, a um específico desígnio do *existir* utópico.

A urbanização precária e a construção político-social dos riscos, no continente [dois temas aqui introduzidos e a serem melhor aprofundados, no futuro] materializam-se pela força da *ideologia moderna ocidental* e só *parcialmente universal*, ainda em vigor. Ideologia esta que é tributária da colonialidade responsável histórica pela massa de negros e indígenas pobres na América Latina, maiores impactados pelas catástrofes políticas apresentadas. Diante de todas as questões debatidas, como refutar o estímulo à consolidação de alternativas a partir do sítio de pertencimento, em conexão com o mundo capitalista também localizado? O mundo é uma reunião de objetos em circulação devido às *angústias* de seres intencionais; a *vontade* de dar sentido e manutenção à vida é a voracidade dos ricos, mas necessidade dos pobres.

A tese central aqui defendida é a de que, em um continente ainda marcado pela colonialidade do poder e do saber, pela modernidade e modernização seletivas no território, a potência das mudanças está com os povos periféricos, cuja formação social [que sempre demandou solidariedade espacial] especializa-se em cultura material e ideal, saberes e fazeres singulares localizados. A cultura popular, assim, tem fôlego no território e no lugar, tem sua história tópica pelo sentido atribuído pelos subalternizados. O trabalho, o cotidiano e a criatividade, junto à mobilidade e a mobilização, compõem um arsenal de ideias e de práticas para a *práxis* situada por uma outra *patrimonialização global*, de uma economia e uma política também situadas antes de tudo, pela defesa comum da vida na sociedade dos riscos.

### ***Utopismos patrimoniais pela América Latina - para além da crítica. Palavras finais***

As ideias aqui apresentadas não surgem nem se encerram com este artigo, quando o Geocrítica tem possibilitado questionar o *lugar* e os *sentidos* da própria crítica geográfica realizada nos últimos tempos, pela América Latina. No caso deste XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, ocorrido em Barcelona, esse questionamento ganha um novo patamar, pois solicita *alternativas* da abordagem crítica. Demanda, sem radicalismos, a busca de fissuras na realidade contraditória, para mudar alguma coisa neste mundo.

Mais do que proposta intelectual, o Colóquio clama por *modelos imaginados* para a construção de realidades novas, quando muitas são as catástrofes que ameaçam o futuro da humanidade, como as aqui indicadas. A oportunidade foi dada, então, para apresentação de uma visão crítica não-radical e propositiva sobre a defesa da vida dos sujeitos periféricos subalternizados nas cidades latino-americanas.

Reconhece-se, então, a potência econômica alternativa localizada nas periferias adensadas por negros, indígenas e mestiços latinos, no contexto de emergência do “período popular da história”<sup>92</sup>, em revanche ao colonialismo do poder e do saber. Período que traz, conforme Milton Santos, o novo tempo, o mundo da solidariedade no qual frações da sociedade deixam o conformismo para encarar a etapa superior da produção da consciência, vivendo diferentemente o mundo e tomando para si o enfrentamento pelo uso e pela apropriação coletiva e, por isso, mais humanizada, do território. Os argumentos defendidos coadunam-se com a tese de Horácio Capel, para quem “devemos e podemos convencer os cidadãos da necessidade de realizar profundas reformas, e que o marco legal democrático permite elaborar e aprovar leis verdadeiramente inovadoras e inclusive revolucionárias”.

Para tanto, demanda-se uma nova esquerda, crítica com o sistema, mas capaz de articular, democraticamente, os cidadãos [votantes e garantidores da soberania territorial] da luta por um novo destino existencial, pela mobilização e pela mobilidade em sentido amplo. Movimentos sociais cívicos, associações de bairro, aproximação de acadêmicos, intelectuais e artistas que, com sua experiência, podem apoiar a mudança material e imaginária, objetiva e subjetiva do lugar de vida das pessoas mais pobres; é um caminho a se percorrer, na América Latina. A inversão descarada de investimentos populares para setores da economia exigem alternativas novas para os territórios da pobreza: os *roteiros patrimoniais utópicos* e a *preservação sinérgica do patrimônio* são alternativas palpáveis. “Na Ásia, na África e mesmo na América Latina, a vida local se manifesta ao mesmo tempo como uma resposta e uma reação à globalização”<sup>93</sup>.

*Utopismos patrimoniais* pela América Latina incorporam a *utopia como consciência e estado perpétuo de concepção intelectual do mundo*, na visão de mudança de: estrutura de grupos sociais; projeto geral social existente; ideias primitivas adotadas na vida social; elementos concretos e da consciência vinculados ao território de usos e do cotidiano, aos lugares da vida. Os utopismos patrimoniais ditados confrontam as políticas espaciais institucionalizadas que reproduzem os lugares à distância, mas incorporando-as, pois necessárias que são à compreensão profunda e à *execução* de possibilidades transgressoras<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> Santos, 2000.

<sup>93</sup> Santos, 2000, p. 153.

<sup>94</sup> Costa, 2015; Ruyer, 1971; Mannheim, 1971.

A discussão fica em aberto, a partir da proposta utópica desenvolvida, para a *práxis* patrimonial que levante, nas cidades potenciais da América Latina, o patrimônio-territorial incluído na circulação já estabelecida aos bens instituídos, a favorecer o sujeito existente em nossas periferias. O patrimônio-territorial, enfim, é a chave para uma outra *patrimonialização global*, mais inclusiva e efetivamente totalizante, a partir de uma *política locacional de acervos simbólicos* capaz de dismantelar, pelas periferias, o subjugo moderno no continente: resgata e dá voz a grupos sociais reduzidos a “bárbaros” e “incapazes”, despojados e humilhados por preconceito de origem racial/étnica, econômica e tópico-espacial.

## **Bibliografia**

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BECK, U. *Sociedade de risco*. Rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CAMPANELLA, T. *A cidade do sol*. Diálogos poéticos. Petrópolis: Vozes, 2014.

CANCLINI, N. G. *A sociedade sem relato*. São Paulo: EdUSP, 2012.

CAPEL, H. Derecho para la ciudad en una sociedad democrática. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, 2011, vol. XV, nº 353 (2). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-353/sn-353-2.htm>>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Panorama Social de América Latina*. Naciones Unidas, Santiago, Chile, 2013, p. 221. <<http://www.cepal.org/es>>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Balance preliminar de las economías de la América Latina y el Caribe*. Naciones Unidas, Santiago, Chile, 2014, p. 87. <<http://www.cepal.org/es>>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Urbanización en perspectiva*. Observatorio Demográfico. Naciones Unidas, Santiago, Chile, 2009, p. 290. <<http://www.cepal.org/es>>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *CepalStat*, Centro para la Investigación sobre la Epidemiología de los Desastres, Universidad Católica de Lovaina - Base de datos internacional de desastres (EM-DAT), 2015, <<http://www.emdat.be>>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – Base de dados estatísticos online Faostat; PovCal Net*, 2015. <<http://www.cepal.org/es>>

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. *Ciência e Cultura*, v. 60, nº 1, p. 7-12, 2008.

COSTA, E. B. *Cidades da patrimonialização global*. São Paulo: Humanitas-USP, 2015.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente *patrimonialização global*. *Geografia*, Rio Claro-SP, vol. 39, nº 2, p. 241-256, 2014.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 24-32.

GARCIA-TORNEL, F. C. Algunas cuestiones sobre geografía de los riesgos. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, nº 10, 1997, p. 01-07. <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-10.htm>>

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010.

HARVEY, D. Utopismo dialético. In: *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HORKHEIMER, M. La utopia. NEUSUSS, A. *Utopía*. Barcelona: Barral Editores, 1971, p. 91-102.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocentricos. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética e comunidade. In: GIDDENS, A; LASH, S; BECK, U. (orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: EdUNESP, 2012, p. 167-258.

MANNHEIM, K. Utopía. In: NEUSUSS, A (org.). *Utopía*. Barcelona: Barral Editores, 1971, p. 83-87.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retorica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, W. Desobediencia epistémica, pensamiento independente e libertad de-colonial. *Otros logos, Revista de Estudios Criticos*, p. 08-49, 2009.

MONGIN, O. *A condição urbana: cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Editora Coimbra, 2009, p. 73-118.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RIBEIRO, D. *A América Latina existe?* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

RIBEIRO, W. C. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331 (65). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm>>

NEUSUSS, A. *Utopía*. Barcelona: Barral Editores, 1971.

RAMÍREZ, B. R. Del funcionalismo industrial ao funcionalismo de servicios: la nueva utopia de la metropolipostindustrial del valle de Mexico? *Eure*, vol. XXXII, nº 95, p. 61-74, 2006.

RICOEUR, P. *L'idéologie et l'utopie*. Paris: Editions du Seuil, 1997.

RUYER, R. El método utópico. In: NEUSUSS, A (org.). *Utopía*. Barcelona: Barral Editores, 1971, p. 151-168.

SANTOS, M. Uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A; SILVEIRA, M; ARROYO, M. (orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo, USP, 2006, p. 19-26.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SARTRE, J. Questão de método. In: *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 17-123.

SARTRE, J. *O existencialismo é um humanismo*. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1996.

SATTERTHWAITE, D. Problemas sociales y medioambientales asociados a la urbanización acelerada. *Eure*, vol. XIX, nº 57, p. 07-30, 1993.

SCIFONI, S. *A construção do Patrimônio Natural*. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado (Geografia Humana) – FFLCH - Universidade de São Paulo.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

THOMAS, A. Ciencias sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. *Eure*, XXI, ° 58, p. 73-84, 1993.

UNESCO. *Etat de conservation des biens inscrits sur la Liste du Patrimoine Mondial em Péril*. Bonn, Allemagne, 2015. <<http://whc.unesco.org/fr/sessions/39COM/documents>>

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: introdução ao pensamento pós-global*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.